

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

RAIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA MARTINELLI

**MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SUDESTE DO BRASIL**

VITÓRIA
2016

RAIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA MARTINELLI

**MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO EM UMA
UNIVERSIDADE PÚBLICA NO SUDESTE DO BRASIL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a Dr^a Márcia Prezotti Palassi

VITÓRIA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M385m Martinelli, Raiane Gonçalves de Oliveira, 1987-
Movimento Empresa Júnior : um estudo exploratório em uma universidade pública no Sudeste do Brasil / Raiane Gonçalves de Oliveira Martinelli. – 2016.
97 f. : il.

Orientador: Márcia Prezotti Palassi.
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Participação política. 2. Ação coletiva. 3. Formação profissional. 4. Movimento Empresa Júnior. I. Palassi, Márcia Prezotti. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PPG
ADM**

Programa de
Pós-Graduação
em Administração
UFES
Mestrado e Doutorado

Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Programa de Pós - Graduação em
Administração

Av. Fernando Ferrari, 514 – Campus
Universitário - Goiabeiras

CEP. 290075.910-ES-Brasil-Telefax (27)
3335.7712

E-Mail ppgadm@gmail.com

www.ppgadm.ufes.br

**“Movimento Empresa Júnior: um Estudo Exploratório em
uma Universidade Pública no Sudeste do Brasil”**

Raiane Gonçalves de Oliveira Martinelli

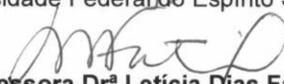
*Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Administração da
Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre em Administração.*

Aprovada em: 05/07/2016

COMISSÃO EXAMINADORA


Professora Dr^a Márcia Prezotti Palassi
Universidade Federal do Espírito Santo


Professor Dr. Rubens de Araújo Amaro
Universidade Federal do Espírito Santo


Professora Dr^a Leticia Dias Fantinel
Universidade Federal do Espírito Santo


Professora Dr^a. Ana Paula Paes de Paula
Universidade Federal de Minas Gerais

Ao meu amor e a minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha orientadora Professora Doutora Márcia Prezotti Palassi por toda sua atenção e principalmente por aceitar compartilhar seus valiosos conhecimentos.

Aos professores do PPGADM e especialmente aos professores Alfredo Rodrigues Leite da Silva, Letícia Dias Fantinel e Ana Paula Paes de Paula pelas enriquecedoras contribuições para melhoria do trabalho desenvolvido na banca de qualificação.

As EJ's que aceitaram participar da pesquisa sem o qual este trabalho não poderia ser realizado.

Aos amigos do mestrado pelos momentos inesquecíveis que vivemos juntos e por dividirem e atenuarem os momentos mais difíceis dessa caminhada.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) pelo auxílio financeiro a esta pesquisa concedido através do processo nº 67656447.

Aos meus amigos de sempre por compreenderem minha ausência e em especial a Anne Michaela e a Rafaela Benício pelas contribuições nesta caminhada.

À Go e ao Pedro por acreditarem, torcerem e vibrarem com cada conquista.

Aos meus pais, Madá e Mirim, meus modelos de vida, que nunca mediram esforços para que eu pudesse ter acesso a um bom estudo e sempre me apoiaram e acreditaram em mim.

Ao meu irmão, meu parceiro e amigo de sempre.

Ao Lê o maior incentivador e a energia que me faz querer ser sempre uma pessoa melhor.

A todos que acreditaram e torceram por mim.

RESUMO

Neste trabalho buscou-se compreender como se configura a consciência política e a participação dos presidentes das organizações que fazem parte do Movimento Empresa Júnior – MEJ nas ações coletivas do movimento. O marco teórico adotado nesse estudo foi modelo analítico de consciência política para a compreensão da participação em ações coletivas, proposto por Sandoval (2001). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados em 2015, através da observação participante, questionários, grupos focais e entrevistas semiestruturadas, com cinco presidentes de organizações do Movimento Empresa Júnior, em um *campus* de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo *a priori*, adotando-se como as dimensões do marco teórico como categorias de análise. Os resultados apresentam às empresas juniores, que fazem parte do MEJ, os mecanismos de participação no MEJ, a participação nas ações coletivas do movimento e na sociedade, e as contribuições da participação no MEJ para a formação profissional dos membros do movimento. Conclui-se que, apesar da nomenclatura MEJ, a estrutura do “movimento” aproxima-se mais de uma organização empresarial. Diferentes concepções de consciência política levam à participação no movimento, revelando crenças, valores e expectativas sociais, sentimentos de identidade coletiva e vontade de agir coletivamente. Todavia, as metas e ações do movimento, interesses antagônicos e adversários e sentimentos de injustiça, contribuem para o desligamento dos membros no MEJ.

Palavras chave: Consciência Política. Participação. Ações Coletivas. Movimento Empresa Júnior. Formação Profissional.

ABSTRACT

In this paper we sought to understand how to set the political awareness and the participation of managers of organizations that are part of the Junior Enterprise Movement - MEJ in the movement's collective actions. The theoretical framework adopted in this study was an analytical model of political consciousness for understanding the participation in collective actions proposed by Sandoval (2001). This is a qualitative study, whose data were collected through participant observation, questionnaires, focus groups and semi-structured interviews. The participants were members of the management in 2015 and a representative of the federation. The data were analyzed through a priori content analysis, and adopted as categories of analysis the model dimensions. This study reveals discussions on the manager's formation; discusses the transformation of those who participate in the movement with an emphasis in this formation; the reduced participation in collective action in society, and reveals the members of the research interest in the business area, passing the debate on meritocracy, elitism and power relations experienced in the MEJ and discussed about the positioning of the movement. The results show the junior companies that are part of MEJ, the mechanisms of participation in the MEJ, participation in collective actions of the movement and in society, and the contributions of participation in MEJ to professional for-training of the members of movement. It concludes that despite the MEJ nomenclature, the structure of the "movement" is closest to a business organization. Different political consciousness conceptions lead to the participation in the movement, revealing the beliefs, values and societal expectations, feelings of collective identity and will to act collectively. However, the goals and actions of the movement, antagonistic interests, challenges and feelings of injustice, are elements that would lead the members to disconnect with the MEJ.

Keywords: Political Awareness, Participation, Collective Actions, Junior Enterprise Movement, Professional Qualification.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas.....	21
Figura 2	Número de EJ que reponderam o Censo EJ de 2014 de acordo com suas respectivas unidades federativas.....	31
Figura 3	Resumo dos resultados de acordo com o marco teórico adotado na pesquisa.....	38
Figura 4	Resumo da participação em ações individuais e coletivas.....	39
Figura 5	Mecanismos de participação no MEJ.....	48
Figura 6	A Brasil Júnior possui relação próxima com a minha EJ.....	49
Figura 7	Folder convidativo para o ENCEJ.....	51
Figura 8	Diferentes concepções de consciência política quanto à participação dos presidentes das EJ's.....	71

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CJA	Consultores Juniores Associados
CT Júnior	Empresa Júnior de Engenharias da UFES
EBAPE	Escola de Administração Pública e de Empresas
ECOS Júnior	Empresa de Comunicação Social Júnior
EJ	Empresa Júnior
EJCAD	Empresa Junior de Consultoria em Administração
EJFGV	Empresa Junior Getúlio Vargas
ENEJ	Encontro Nacional das Empresas Juniores
ESSEC	L'École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales
FEJNESP	Federação das Empresas Juniores de São Paulo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
JUNIORES	Federação das Empresas Juniores do Espírito Santo
MEJ	Movimento Empresa Júnior
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	O MODELO ANALÍTICO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA PARA A COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS.....	18
3	PERCURSO METODOLÓGICO.....	27
3.1	Contexto da Pesquisa: Movimento Empresa Júnior.....	27
3.2	Delimitação do Estudo.....	31
3.3	Tipo de Pesquisa.....	32
3.4	Sujeitos de Pesquisa.....	33
3.5	Produção de Dados.....	33
3.6	Análise dos Dados.....	37
4	MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR: UM MOVIMENTO OU UMA ORGANIZAÇÃO?.....	40
4.1	As empresas juniores na UFES que fazem parte do MEJ.....	41
4.2	Os mecanismos de participação no MEJ.....	47
4.3	A participação dos membros das empresas juniores em ações coletivas do MEJ.....	54
4.4	A participação dos membros das empresas juniores em ações coletivas na sociedade e se elas têm relação com os objetivos do MEJ.....	59
4.5	Contribuições da participação no MEJ para a formação profissional dos membros do movimento.....	63
4.6	O interesse das empresas juniores na UFES e da federação em implantar um programa de formação-ação contínuo em metodologias participativas nas organizações do MEJ.....	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
	REFERÊNCIAS	77
	APÊNDICES.....	84

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	85
APÊNDICE B - Cronograma da Pesquisa.....	86
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	87
APÊNDICE D- Questionário.....	88
APÊNDICE E - Roteiro de Condução do 1º Grupo Focal.....	89
APÊNDICE F - Roteiro de Condução do 2º Grupo Focal.....	90
APÊNDICE G - Roteiro de Condução do 3º Grupo Focal.....	91
APÊNDICE H - Roteiro de Condução do 4º Grupo Focal.....	92
APÊNDICE I - Roteiro de Condução do 5º Grupo Focal.....	93

1 INTRODUÇÃO

A preocupação com a formação superior tem sido um assunto amplamente discutido em diversos cursos. Algumas críticas maciçamente discutidas no mundo acadêmico referem-se à formação profissional preocupada unicamente com a demanda mercadológica e estritamente privada, desconsiderando as demais possibilidades de atuação na sociedade civil (OLIVEIRA; SANT'ANNA; DINIZ, 2014; PAES DE PAULA, 2014). Além dessa, muitas críticas abordam o distanciamento da prática e a dicotomização do âmbito acadêmico em relação à atuação no mercado de trabalho (MASCARENHAS, ZAMBALDI, MORAES, 2011), bem como a tendência em responder reativamente aos problemas (DEMAJOROVIC; SILVA, 2012).

As críticas apontadas sobre a formação profissional perpassam diversos aspectos do ensino. Bicalho e Paes de Paula (2012) abordam a relevância de o aprendizado ser instigado de outras formas diferentes do que apenas o ensino. Ademais, destaca-se que o foco das críticas em relação ao ensino comumente menciona dois eixos principais, ou seja, enfocam a formação instrumental/técnica e se centram na ausência de uma formação política e cidadã.

Sob o ponto de vista do mercado, muitas críticas à formação discorrem que se observa efetivamente um grande distanciamento das expectativas do mercado de trabalho quanto ao despreparo desses profissionais, contribuindo de forma muito reduzida sobre ações que demandam habilidade social. Esse distanciamento da prática e a dicotomização entre ensino *versus* prática (MOREIRA, et. al, 2014; LOURENÇO; MAGALHÃES; FERREIRA, 2014), pode ser minimizado através de atividades de extensão, aqui compreendidas, por exemplo, a partir das empresas júnior. Uma das formas de permitir essa aproximação entre teoria e prática é a possibilidade de acesso à realidade que permita o questionamento, possibilitando ao aluno o aperfeiçoamento da sua formação (TAKEUCHI; SENHORAS, 2003).

A forma como a aprendizagem acontece pode se dar de diversas maneiras. De acordo com a Constituição da República do Brasil de 1988, especificamente em observância ao artigo 207, que discorre sobre as universidades, recomenda-se que a formação ocorra através da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Logo, temos que a formação universitária não deve se basear apenas e tão somente no ensino. Por isso, neste trabalho, analisamos o Movimento Empresa Júnior – MEJ, em um dos campi de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil, que tem como premissa a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em paralelo a essa discussão, pode-se observar que em diversas organizações e no MEJ, a gestão não é uma atividade exclusiva dos administradores, sendo exercida também por profissionais com diferentes formações acadêmicas. O termo gestão remete à Administração (CATTANI, 1997), ou seja, a gestão de todos os recursos de uma organização. Assim, reporta-se ao processo de determinação e orientação a ser seguido para consecução dos objetivos pretendidos. Nesse processo, incluem-se mecanismos de tomadas de decisão e reprodução de relações de poder. Quando a gestão é participativa, observam-se um aumento do potencial de decisão na organização por todos aqueles que dela participam, devido à ampliação das intervenções de todos nas questões relacionadas ao poder. Por isso, a participação é vista como uma conquista (CATTANI, 1997).

Por sua vez, a participação é entendida como o processo, através do qual duas ou mais partes influenciam nas tomadas de decisões (PATEMAN, 1992). Logo, refere-se a um instrumento de poder que significa “fazer parte, tomar parte ou ter parte” (BORDENAVE, 2013, p.22). Para Sandoval (2001), o que permite o indivíduo tomar as decisões mais adequadas aos diferentes contextos é a consciência política. Esta é constituída pelos significados e informações que interagem em dimensões psicossociológicas. A consciência política refere-se aos aspectos identitários, compostos por um conjunto de crenças internalizadas pelo indivíduo e pela percepção do contexto social em que se insere o sujeito, cujos significados direcionam o indivíduo a tomar as decisões mais adequadas em determinados contextos políticos e situações específicas (SANDOVAL, 2001).

As demandas da realidade exigem que o gestor desenvolva muitas habilidades e aplique os conhecimentos adquiridos em diferentes contextos (CHING; SILVA; TRETIN, 2014). Além do desenvolvimento de competências técnicas, a formação dos gestores deve investir, também, no desenvolvimento pessoal e nas possibilidades de crescimento. Essa formação tem por objetivo preparar cidadãos responsáveis e críticos para que assumam as suas responsabilidades e para participar do desenvolvimento da sociedade que fazem parte (FIATES *et al.*, 2012).

Nesse contexto, as empresas juniores (EJ's) tentam cumprir esse papel integrador entre o ensino e a extensão. Trata-se de associações civis, autônomas, sem fins lucrativos, formada e gerida por alunos da graduação (CNEJ, 2012). Elas têm como objetivo principal o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais daqueles que dela participam (JADE, 2015). Além do desenvolvimento de conhecimentos técnicos, os alunos aprimoram habilidades que lhes garantem um diferencial no mercado (NETO, 2004). Júnior, Almeida e Medeiros (2014) descrevem que as contribuições das EJ's são diversas para os alunos, dentre elas, citam: o desenvolvimento de habilidades profissionais e pessoais; a construção de novos conhecimentos; o desenvolvimento de características de liderança; a aproximação com o ambiente empresarial; o ingresso no mercado de trabalho e o desenvolvimento de características empreendedoras.

Porém, Bicalho e Paes de Paula (2012) discordam da valorização que alguns autores atribuem à importância pedagógica dada as EJ's, uma vez que reforçam o pensamento dominante da postura capitalista, não contribuindo para uma formação crítica do sujeito. Isso porque, comumente nas empresas juniores, é exigido que todos sigam uma única postura, que reflete uma ideologia dominante e que considera as exigências de um único formato de organização, como a empresa privada.

Por isso, as atividades de extensão, como é o caso das EJ's, precisam ser compreendidas como práticas educativas, que têm como objetivo desenvolver aspectos éticos, conhecimentos, competências e experiências com intuito de viabilizar o aumento da autonomia profissional e intelectual dos alunos. Nessas atividades, há uma troca de saberes através do vínculo comunidade e escola, para que sejam desenvolvidas práticas apreendidas na graduação (BENTO; LEITE; KUWAHARA, 2015).

As EJ's são importantes espaços na formação daqueles que dela participam. Logo, o estudo da consciência política e da participação dos presidentes das EJ's em ações coletivas no movimento e na sociedade possibilitam a compreensão sobre a formação cidadã desses jovens neste processo. Através de uma visão crítica, pode-se entender melhor a realidade e analisar possibilidades de mudança. Dessa forma, o conhecimento sobre as ações que valorizam a participação desses jovens, em formação, ao longo de suas constituições sócio históricas, torna-se fundamental para a multiplicação da consciência política e a participação na sociedade.

A participação política dos alunos nas instituições de ensino superior é um dos principais instrumentos de integração entre o ensino e a extensão, devido ao desenvolvimento da cidadania e a inserção na vida pública (AZEVEDO, 2012). Borges da Costa, Yamashita Deliberador e Soares da Silva (2014) constatam que a ação coletiva pode ser uma ferramenta de socialização política e um instrumento de ação para o enfrentamento das dificuldades sociais.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é compreender como se configura a consciência política e a participação dos presidentes das organizações que fazem parte do Movimento Empresa Júnior – MEJ, nas ações coletivas do movimento, em um dos *campi* de uma universidade pública federal no Espírito Santo, na gestão que se refere ao ano de 2015. Para atingir o objetivo geral necessário, faz-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as empresas juniores na UFES que fazem parte do MEJ;
- Descrever os mecanismos de participação no Movimento Empresa Júnior;
- Analisar a participação dos membros da gestão (2015) das empresas juniores nas ações coletivas do MEJ;
- Analisar a participação dos membros das empresas juniores em ações coletivas na sociedade e se elas têm relação com os objetivos do MEJ;

- Investigar como a participação no MEJ contribui para a formação profissional dos membros do movimento;
- Analisar o interesse das empresas juniores na UFES, da federação e da confederação, em implantar um Programa de Formação-Ação Contínuo em Metodologias Participativas nas organizações do MEJ.

Sendo assim, este trabalho visa preencher uma lacuna nos estudos sobre o tema, tendo em vista a reduzida quantidade de trabalhos acadêmicos sobre o MEJ no Brasil. Vale ressaltar que, ao realizar uma revisão de literatura (inter) nacional sobre o movimento, não foram identificados trabalhos que discutem a consciência política e a participação dos empresários juniores do MEJ em ações coletivas no movimento ou em outras ações desta natureza relacionadas aos objetivos do MEJ. Este trabalho também se justifica ao contribuir com o MEJ, pois adota uma metodologia de pesquisa que proporciona a reflexão e a troca de informações entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa, atendendo uma demanda dos presidentes das empresas juniores deste movimento.

O interesse pela compreensão desta dinâmica surgiu a partir das lacunas apresentadas nos estudos sobre a consciência política e da participação cidadã de estudantes de administração de uma universidade pública federal do sudeste do Brasil (PALASSI; MARTINS, 2014) e dos estudos e críticas às Empresas Juniores que enfocam os discursos do empreendedorismo e do processo de mercantilização das instituições de educação no Brasil (SEKI; SIMÃO, 2014).

Nesse sentido, cabe problematizar a participação em ações coletivas no MEJ, especialmente na contemporaneidade, em que se constata a procura crescente por canais alternativos de participação. O MEJ, como um movimento de representatividade entre os movimentos estudantis, que ocorrem em instituições superiores, é um instrumento crucial para o debate sobre as demandas dos graduandos que participam do movimento. Este recebe muitas críticas quanto ao discurso de valorização do empreendedorismo, onde há completa responsabilização do sujeito pelo seu sucesso, ignorando aspectos como políticas públicas de seguridade social, situações

econômicas, condições sociais, conjuntura política e complexidades da vida social, baseando-se em uma noção de meritocracia exacerbada (SEKI; SIMÃO, 2014).

Para alcançar o objetivo proposto, este trabalho utiliza o “Modelo Analítico da Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas” de Sandoval (2001), como marco teórico. Em relação à metodologia de pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa (CRESWELL, 2007), pois este tipo de pesquisa possibilita o aprofundamento do conhecimento teórico, buscando explicações para comportamentos e atitudes dos participantes, considerando suas subjetividades em seus respectivos contextos sócio-históricos.

Além disso, o trabalho de investigação aqui proposto se configura como um estudo exploratório, tendo em vista que não foram encontrados trabalhos sobre a compreensão da consciência política e da participação dos presidentes do Movimento Empresa Júnior e seus efeitos sobre os atores.

Sendo assim, este trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro esta introdução que aponta o problema de pesquisa, os objetivos, a delimitação e a justificativa do estudo. No segundo capítulo, descreve-se o marco teórico do trabalho que o “Modelo Analítico de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas” de Sandoval (2001). No terceiro capítulo, expõe-se o percurso metodológico desse estudo, citando o objeto de estudo, o tipo de pesquisa, o critério de seleção dos sujeitos, os métodos utilizados na produção e a análise dos dados. No quarto capítulo, são apresentados os resultados. No quinto capítulo, denominado de considerações finais, tece-se a conclusão do trabalho, os principais resultados, as limitações e sugestões de futuras pesquisas.

2 O MODELO ANALÍTICO DE CONSCIÊNCIA POLÍTICA PARA COMPREENSÃO DA PARTICIPAÇÃO EM AÇÕES COLETIVAS

Neste capítulo, algumas definições são fundamentais para compreensão do trabalho. A primeira delas é o termo participação, que é uma expressão derivada da palavra “parte” e significa “fazer parte, tomar parte ou ter parte” (BORDENAVE, 2013, p.22.). Para este autor, a participação facilita o crescimento da consciência crítica do sujeito, fortalece seu poder de reivindicação e o prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disso, destaca que se trata de uma necessidade vital do ser humano e se refere a uma vivência coletiva que só pode ser aprendida diante das interações.

A participação é vista como o processo que implica na igualdade de poder político nas decisões, através de duas ou mais partes que influenciam os processos de tomada de decisão, contribuindo também, para a melhoria da eficiência destes processos (PATEMAN, 1992). Na participação coletiva as pessoas atuam em conjunto para deliberarem algo, dentro de uma matriz de interesses envolvendo pessoas em processo de mudanças (WANG, BRYER, 2012).

Demo (1993) destaca que é importante compreender a participação como um processo de conquista e autopromoção, como forma de poder que pressupõe compromisso, envolvimento, presença em ações arriscadas e exercício democrático. Para o autor, trata-se de um instrumento de participação política. Bordenave (2013) aponta que os motivos que levam à participação expressam os interesses reais do sujeito para realizar uma ação (BORDENAVE, 2013). Dessa forma, a participação ocorre devido ao prazer de fazer algo com os outros e/ou porque agir com os outros é mais vantajoso.

Nesse contexto, a ação coletiva são oportunidades de mobilização coletiva, ou seja, é o que motiva os sujeitos a agir em situações coletivas para alcançar os objetivos pretendidos (SANDOVAL, 1994). Trata-se de oportunidades de mobilização coletiva, que não acontecem de forma igualitária, tem múltiplas formas e atingem diversos níveis da sociedade (MARTINS, 2014). Gamson (1992) considera que a ação coletiva refere-

se a uma extensão de significados e orientações desenvolvidas através das relações sociais.

Dentre os fatores que levam os indivíduos a participarem de ações coletivas, temos: os determinadores das fronteiras dos agrupamentos que evidenciam a coletividade; os fatores que favorecem a solidariedade entre os membros da coletividade; a noção de grupos, ou seja, a sua coesão grupal; e os repertórios de ações coletivas, ou melhor, a experiência em mobilizar recursos e agir coletivamente (SANDOVAL, 1989).

Sandoval (1989) considera que as pessoas são mais propensas a não participar do que participar, pois a cooperação nem sempre é a melhor opção para o indivíduo. Entretanto, ele explica que é na vida cotidiana que o indivíduo se envolve nas relações sociais e forma sua consciência sobre a sociedade. Através de um movimento coletivo, o indivíduo vivencia experiências coletivas, promovendo diferentes formas de agir para resolver problemas, mediante a sua consciência política.

O termo consciência política utilizado neste trabalho é entendido como um conceito psicossocial referente aos significados que os indivíduos atribuem a suas interações e vivências (SILVA, 2002). Ele se refere aos significados construídos pelo sujeito em sua interação com a sociedade, sendo, portanto, contingencial (SOUZA, 2012). Ou seja, dependem de cada sujeito, grupo, organização, contextos e outras variáveis que podem interferir nesse processo. A consciência política é o que permite aos indivíduos analisar a melhor ação a ser empregada nos contextos políticos e em situações específicas na qual esses sujeitos pertencem (LUGON; PALASSI, 2012).

Para a definição de consciência política, Sandoval recebe influências do conceito de Consciência Operária de Touraine (1983), apresentado por meio de três dimensões básicas: Identidade, Oposição e Totalidade. A *identidade* procede da percepção de identificação de classe, fornecendo ao indivíduo a possibilidade de se diferenciar como sujeito. A *oposição* relaciona-se a percepção que o indivíduo tem da relação entre a sua classe e as demais classes, permitindo uma ação coletiva para obtenção de melhorias para sua vida. E *totalidade* que tange a percepção do indivíduo em relação à sociedade em termos de sua dinâmica social, distribuição de bens e do sistema de dominação,

possibilitando a compreensão do contexto social (PALASSI, 2011; COSTA, 2012). Apesar das contribuições de Touraine (1983) para os estudos da consciência, Sandoval acrescenta ao seu modelo a *capacidade para intervenção*, que se refere, à percepção do indivíduo em relação ao seu poder de intervenção para alcançar seus respectivos interesses (COSTA, 2012; SILVA, 2002; PALASSI, 2011).

Assim, Sandoval apoia-se, também, em Gamson (1992) para definição da consciência política, uma vez que este descreve que é crucial que a consciência política não seja compreendida de forma predisposta ou inata. Mas descreve como sendo decorrente de uma construção através das “relações entre os sujeitos, em espaços de intersubjetividade, os quais propiciam os múltiplos processos de internalização de formas culturais de comportamento” (SILVA, p. 400, 2009).

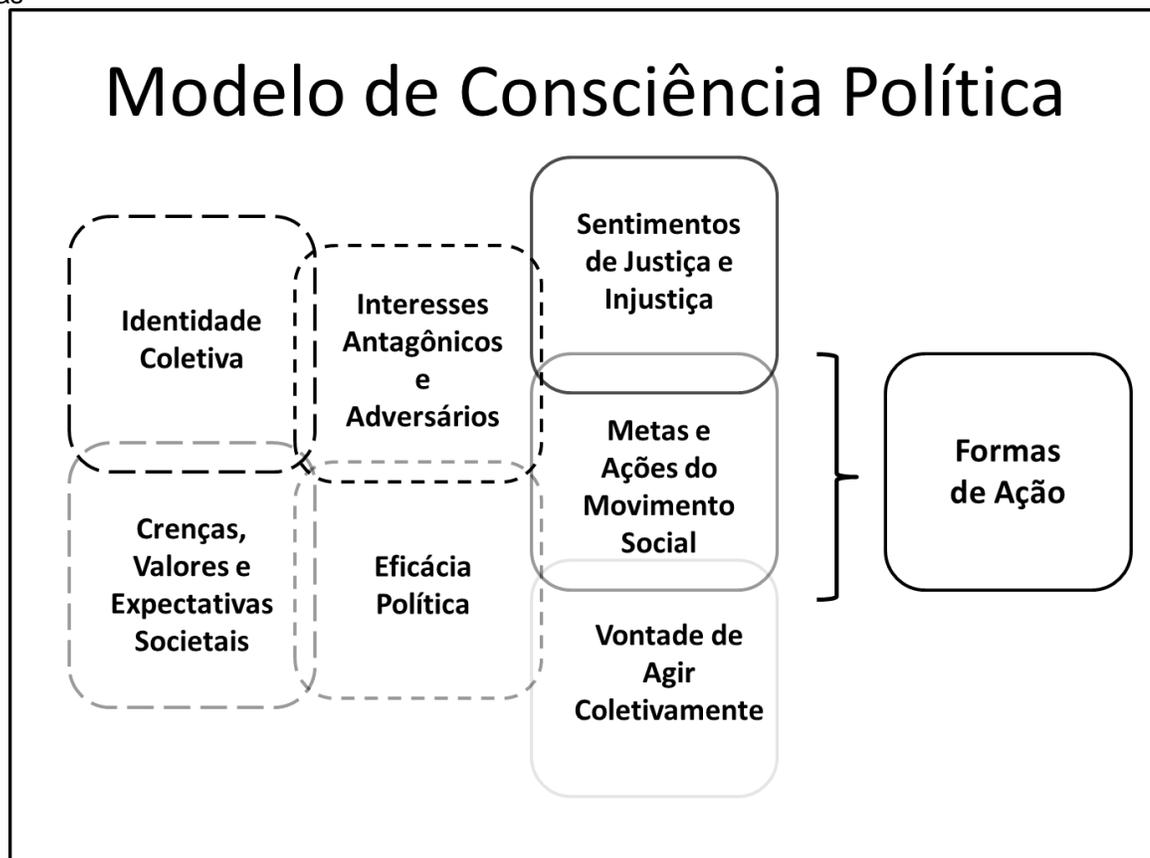
Ao estudar a consciência política, torna-se fundamental considerar o contexto de inserção dos sujeitos. Isso porque a consciência política se relaciona aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos de sua vida (RECK, 2005; MELUCCI, 2001). Sandoval (2001) menciona que ela é formada pelos significados e informações que interagem em dimensões psicossociológicas, que após análise, permite ao indivíduo tomar as decisões consideradas por ele mais adequadas nos diferentes contextos.

Como a realidade de cada sujeito depende da constituição sócia histórica dele, a forma como a consciência política se constitui sempre é situacional e por isso deve ser interpretada através de um procedimento dialético (SILVA, 2002), pois só é possível compreendê-la dentro de um contexto sócio histórico. Portanto, o cotidiano tem fundamental importância nesse processo.

Para Sandoval (1989), a consciência política envolve a relação entre os fatores estruturais, as relações sociais interativas, as visões de mundo e as reflexões conscientes de custos e benefícios da participação. Para analisar a consciência política, Sandoval (2001) propõe o “Modelo de Consciência Política para Compreensão da Participação em Ações Coletivas”.

O modelo de Sandoval (2001) é composto por sete dimensões psicossociológicas distintas, que em conjunto constituem um conjunto de reflexões que direcionam a ação do indivíduo em sua sociedade como um ator político. Essas dimensões são: identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sociais; interesses antagônicos e adversários; eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; metas e ações do movimento e vontade de agir coletivamente, conforme exposto na Figura 1. Estas dimensões se articulam de forma dinâmica e não linear, revelando relações entre elas, sem hierarquização.

Figura 1- Modelo Analítico de Consciência Política para a Compreensão da Participação em Ações Coletivas



Fonte: SANDOVAL (2001, p.186. Tradução nossa).

A dimensão denominada “*identidade coletiva*” refere-se aos sentimentos de pertencimento ou identificação que o indivíduo tem quanto às questões sociais.

Segundo Sandoval (2001), tal identidade é inerente à forma como os indivíduos estabelecem uma identificação de interesses, sentimentos relativos à sociedade e de pertencimento a um ator coletivo. Ela está relacionada aos investimentos sociais, políticos, econômicos, educacionais, culturais, que são valorizados. Costa (2012) revela que este conceito possui relação com a identificação psicológica de sentimento de solidariedade, que possibilita ao indivíduo desenvolver laços sociais que conduzem a um sentimento de coesão social (COSTA, 2012).

Sandoval, para sustentação dessa definição, integra fatores psicológicos e sociológicos apropriando-se dos conceitos de Identidade Social de Tajfel (1983) e de *Identidade Coletiva* de Melucci (2001). De acordo com Tajfel (1983), a identidade social refere-se ao reconhecimento do indivíduo quanto a sua pertença a um grupo social e com seu significado emocional e de valor associado a sua pertença. Por outro lado, Melucci (2001) introduz o caráter político nas colocações de Tajfel, discorrendo que o processo de *identidade coletiva* funciona como emancipador e regulador. Além de regular as relações entre os sujeitos e seu meio social, trata-se de um processo de construção de significados (GONÇALVES, 2008).

Palassi e Martins (2014), ao explicar essa dimensão proposta por Sandoval, acrescentam o compartilhamento de interesses comuns nesse processo, o que permitirá o sentimento de solidariedade desenvolvido pelos vínculos interpessoais. Nesse sentido, é possível compreender que o que elicia a ação de solidariedade é essa partilha de interesses comuns.

Souza (2012) menciona que o fato de haver identificação do indivíduo com um grupo ou o sentimento de pertença em relação ao mesmo é muito importante, pois é o que favorece a confiança no grupo, gerando comprometimento de sua parte com ele. Dessa forma, a *Identidade Coletiva* está relacionada ao sentimento de pertença a um grupo, de desenvolver relações interpessoais com comprometimento e coesão entre os participantes.

Já as “*crenças, valores e expectativas societais*” referem-se ao modo como o indivíduo percebe a realidade que participa. Esta dimensão sustenta a construção das

identidades que os sujeitos possuem. São as visões de mundo do sujeito, ou seja, os significados que esse sujeito confere à estrutura social, às instituições e a sua inserção nelas. A individualização do sujeito se dá a partir do processo de internalização das *crenças, dos valores e das expectativas sociais* (SILVA, 2002). Souza (2012) acrescenta que as *crenças, valores e expectativas sociais* referem-se ao modo como o indivíduo interpreta a realidade que faz parte, ou seja, se estabelece em relação à sociedade que o indivíduo vive. Elas são constituídas através da ideologia política e da visão de mundo dos sujeitos.

Nesse sentido, elas dizem respeito às interações e experiências vivenciadas pelo indivíduo e são mutáveis. Elas são contingenciais e construídas no contexto sócio histórico de cada indivíduo (SANDOVAL, 2001). As relações, geralmente, são mantidas individualmente, porém são construídas através das interações que cada pessoa atribui aos diferentes sentidos com base na sua percepção (AZEVEDO, 2012).

Comumente as *crenças, valores e expectativas sociais* são assimilados pelos indivíduos sem uma reflexão e um questionamento, atuando como mecanismo de controle social, colocando-se como obstáculo à politização e conscientização do sujeito (SOUZA, 2012). O rompimento do cotidiano em que o sujeito está inserido é fundamental para que o indivíduo busque mudanças em seu meio (SILVA, 2002). As *crenças, valores e expectativas sociais* têm impacto direto nas escolhas e no modo de agir dos indivíduos (COSTA, 2012). É a partir das crenças e da internalização dos valores que os sujeitos se estabelecem socialmente, através da sua história de vida (RECK, 2005).

Para Silva (2002), as dimensões do modelo de Sandoval devem ser interpretadas através de um procedimento dialético. Portanto, o lugar de cada uma das dimensões no modelo pode e deve variar segundo cada caso (SILVA, 2002). A forma como os próprios interesses materiais e simbólicos se opõem aos interesses de outros grupos é descrita por Sandoval (2001) como “os *interesses antagônicos e adversários*”. A identificação dos *interesses antagônicos e adversários* é fundamental. Quando não há a noção de um adversário visível, o autor destaca que é impossível mobilizar os

indivíduos a agir e coordenar ações contra um alvo específico, seja ele um indivíduo, uma instituição ou um grupo (SILVA, 2007).

A identificação dos adversários é o que mobiliza os indivíduos à ação frente à realização de um objetivo comum. Contudo, de acordo com Palassi e Martins (2014) essa identificação nem sempre é fácil ou possível, e sem essa visualização se torna muito difícil a mobilização para a coordenação das ações em relação a um objetivo específico (GONÇALVES, 2008). A identificação dos adversários e dos interesses antagônicos ampara a mobilização dos indivíduos a agir para atingir seus objetivos e defender suas posições (COSTA, 2012). Além disso, através desse sentimento, o indivíduo consegue perceber a existência de outros grupos divergentes dos seus (SILVA, 2009). Nessa dimensão, Sandoval (2001) se aproxima da dimensão de Touraine (1983) sobre oposição e de Tajfel (1983) ao condicionar à manutenção do grupo à identificação de interesses de antagônicos.

A dimensão “*eficácia política*” refere-se aos sentimentos de uma pessoa sobre sua capacidade de intervenção em uma situação política. Ou seja, ao sentimento do sujeito em perceber seu poder de intervir e modificar a realidade (RECK, 2005). Para justificar essa dimensão, Sandoval (2001) se apoia na teoria da atribuição de Hewstone (1989), na qual as pessoas atribuem um nexos de causalidade para três *locus*: no primeiro, os eventos podem ser o resultado de forças transcendentais; no segundo, referem-se à responsabilização própria; e no terceiro, à externalização e culpabilização do outro. Para os primeiros, a sensação de *eficácia política* é regularmente baixa de acordo com a crença de que há pouco a ser realizado com suas ações, pois as causas transpassam seus limites, conduzindo a reações conformistas e submissas. Já no segundo grupo há uma maior responsabilização de sua própria determinação e capacidade de lidar com uma situação específica. E para os terceiros, as ações das pessoas praticadas individual ou coletivamente proporcionam mudanças na sua situação, contribuindo para uma maior participação como atores sociais nos processos políticos.

Os “*sentimentos de justiça e injustiça*” são entendidos como os sentimentos de reciprocidade social percebidos pelo indivíduo e a violação dessa reciprocidade é compreendida como situações de injustiça (SILVA, 2009). Sandoval, ao descrever essa

dimensão, baseia-se no conceito de justiça social de Moore (1987), que se refere “a expressão de sentimentos de reciprocidade entre obrigações e recompensas, cujo desequilíbrio costuma ser gerado por processos sócios históricos complexos” (PALASSI, 2011, p.140). Contudo, quando os sentimentos de reciprocidade não ocorrem ou são violados, ou seja, diante de situações de injustiça, há um descontentamento coletivo e, conseqüentemente, manifestações e protestos. Assim, é comum que ações de reivindicações sejam sustentadas diante de discursos que destacam a injustiça e a responsabilização de um adversário. Para Lugon e Palassi (2012), essa dimensão se relaciona à manutenção da integridade das relações de reciprocidades esperadas pelo indivíduo.

A predisposição de um indivíduo para realizar um conjunto de ações coletivas como forma de obter reparação para as injustiças é outra dimensão do modelo denominada de “*vontade de agir coletivamente*”. Segundo Palassi (2011), essa dimensão apresentada por Sandoval sustenta-se em Klandermans (1992) e implica nos benefícios de agir. Refere-se à predisposição dos indivíduos em exercer ações coletivas com o intuito de suprir as injustiças. Klandermans (1992) cita três aspectos que levam a ação coletiva: o primeiro é a relação custo/benefício da manutenção ou não da lealdade, interferindo diretamente na tomada de decisões do sujeito quanto à participação em ações coletivas. O segundo aspecto volta-se para os gastos ou perdas de benefícios materiais decorrentes dos envolvimento nas ações coletivas. E o último aspecto relaciona-se aos riscos físicos percebidos ao participar de ações coletivas (AZEVEDO, 2012; SILVA, 2009). Nessa dimensão, é possível avaliar a predisposição à participação em ações coletivas, através das propostas dos atores e seus respectivos engajamentos (PALASSI, 2011).

Por fim, as “*metas e ações do movimento*” são inerentes à percepção de reciprocidade dos participantes entre os objetivos do processo que participam com suas estratégias de atuação e seus *sentimentos de injustiça*, de *eficácia política* e os interesses (SANDOVAL, 2001). Nessa dimensão, os indivíduos avaliam se há uma relação entre os objetivos do movimento com seus interesses (AZEVEDO, 2012). Em síntese, destaca-se que essa dimensão é a que reúne os outros componentes. Portanto,

relaciona-se com as características percebidas da organização do movimento ao conduzir um direcionamento psicossociológico para a ação coletiva (SANDOVAL, 2001).

As dimensões do modelo de Sandoval (2001) caracterizam o conjunto de representações e de significados que direcionam a participação de um sujeito em sua sociedade enquanto ator político (SOUZA, 2012). Com base nas dimensões apresentadas, podem-se compreender os fatores que levam as pessoas a participar em ações coletivas. A seguir, apresenta-se o percurso metodológico empregado neste trabalho.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta o percurso metodológico utilizado nesse trabalho para atingir os objetivos anteriormente mencionados. A seguir, descreve-se o contexto, a delimitação da pesquisa, os critérios de seleção dos sujeitos, os instrumentos e procedimentos de produção e análise dos dados.

3.1 Contexto: O Movimento Empresa Júnior – MEJ

Em 1967, na L'École Supérieure des Sciences Economiques et Commerciales (ESSEC) em Paris na França, foi criada a primeira empresa júnior de consultoria denominada de Júnior ESSEC por Pierre-Marie Thauvin. Tratava-se de uma iniciativa dos alunos de graduação, quando estes perceberam a necessidade de complementação de seus estudos, estabelecendo uma relação entre a teoria e a prática. Assim, eles criaram uma associação que proporcionasse uma aproximação com a realidade empresarial para que desenvolvessem a teoria e a prática (ESSEC, acesso em 05 mar. 2015). Essa primeira empresa júnior surgiu fora do espaço universitário e não tinha a supervisão de professores (LIMA; CANTAROTTI, 2011).

Em 1969, por iniciativa da Júnior ESSEC, surge o Movimento das Empresas Juniores – MEJ, com a criação da primeira Confederação Nacional de Empresas Júniores (ESSEC, acesso em 05 mar. 2015). A Confederação Europeia de Empresas Júniores – JADE foi fundada em 1992, pela Federação Francesa em cooperação com as confederações da Holanda, Portugal, Itália e Suécia (JADE, 2015). Essa instituição tinha como propósito o fortalecimento e divulgação do MEJ no mundo, buscando maior representatividade das empresas juniores (CARRIERI; PIMENTEL, 2005).

O movimento foi ganhando força e rapidamente se ampliou para outras áreas de formação, como Arquitetura, Engenharia, Agronomia, Comunicação, etc. (KERCH, 2013). O movimento se expandiu para outros países chegando ao Brasil em 1988, através de João Carlos Chagas, diretor da Câmara de Comércio França-Brasil. João Carlos Chagas procurou a Fundação Getúlio Vargas – FGV, apresentando a proposta.

Esta ideia despertou o interesse de Rogério Chér, um aluno da FGV do curso de Administração, que começou a estudar o MEJ e foi o fundador e presidente da primeira empresa júnior do Brasil, de acordo com o Documentário de 25 anos do MEJ.

Em seguida, foi publicado um anúncio no jornal “Estado de São Paulo”, divulgando um curso sobre empreendedorismo, onde um dos módulos era Empresa Júnior. Os inscritos nesse módulo puderam conhecer o fomentador (João Carlos Chagas) e o fundador (Rogério Chér) da primeira EJ no Brasil (BRASIL JÚNIOR, 2014). Segundo este fundador, a faculdade inicialmente não acreditava que a empresa júnior iria adiante, mas não apresentou obstáculos e cedeu espaço físico na faculdade. Contudo, diante da primeira crise, houve uma tentativa da FGV de reaver o espaço cedido para a EJ, devido à falta de espaço físico que a FGV estava passando. Nessa ocasião, Rogério Chér busca apoio político de figuras de liderança e consegue novamente retomar a estrutura física da primeira EJ.

Formalmente, em 1989, surge a primeira empresa júnior na América Latina, em São Paulo, denominada Empresa Júnior Getúlio Vargas - EJFGV (EJFGV, acesso em 05 mar. 2015), com o objetivo de “dar apoio aos empreendedores e gestores de empresas ao direcionar a tomada de decisões estratégicas, gerando impacto sobre os resultados atuais e futuros da organização” (EJFGV, acesso em 05 mar. 2015). De acordo com Carrieri e Pimentel, (2005), a EJFGV elaborou um manual de criação da EJ que incentivou o surgimento de diversas empresas júnior no Brasil.

Em 1990, surge a primeira federação estadual no Brasil, a Federação das Empresas Juniores de São Paulo (FEJNESP). Para a Brasil Júnior (2014), as federações estaduais buscam representar e desenvolver as empresas juniores em seu estado, através da formação de alunos empreendedores que participam das EJ's, interessados em mudar o país. A representação estadual das empresas juniores, ou seja, as federações são formadas por pelo menos cinco empresas juniores. Além disso, busca o “fomento e orientação de novas empresas juniores; suporte e alinhamento das suas ações; integração dos seus esforços e competências; regulamentação das suas atividades; e representação na sociedade” (FELDHAUS; PEREIRA; NETO, 2012, p.10).

Em 1998, foi criada a Comissão Nacional das Empresas Júnior - CONEJ, mas apenas em 2001 houve uma tentativa de fundar uma confederação, sendo que, formalmente, em 2003, criou-se a Confederação Brasileira de Empresas Júniores - Brasil Júnior. Assim, inicialmente, surgiram as confederações estaduais e posteriormente uma nacional (BRASIL JÚNIOR, 2014).

A Brasil Júnior é um órgão nacional do Movimento Empresa Júnior e tem como objetivo tornar o movimento amplamente divulgado na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do país por intermédio da formação de profissionais diferenciados. Atua fomentando as empresas júniores no Brasil e deliberando sobre os planos e diretrizes do movimento. As ações são desenvolvidas por sua diretoria e, em cada estado, por sua federação local (BRASIL JÚNIOR, 2014). A Brasil Júnior determina:

[...] O formato mínimo capaz de assegurar a confiabilidade dos serviços prestados por todas as empresas juniores brasileiras e de alinhá-las ao seu papel na sociedade e ao compromisso do Movimento com o desenvolvimento (BRASIL JÚNIOR, 2014).

A Brasil Júnior busca também a integração do Movimento ao reunir as federações em reuniões, como no Encontro Nacional das Empresas Juniores - ENEJ para trocar experiências. Ela é formada, atualmente, por 16 federações, representando 15 estados e o Distrito Federal (BRASIL JÚNIOR, 2014). O aumento do número de empresas juniores no Brasil teve um significativo crescimento e na atualidade é reconhecido pelo movimento júnior mundial como o país com mais empresas juniores (FERREIRA-DASILVA; PINTO, 2011). Atualmente, no Brasil, existem mais de 1200 empresas júniores, sendo que apenas em 2014 surgiram aproximadamente 34 novas empresas júniores no país (BRASIL JÚNIOR, 2016).

Os últimos dados do Censo Identidade (BRASIL JÚNIOR, 2014) apontam que 61% das empresas júniores no país são federadas e 38% não são federadas. De acordo com o *site* da Brasil Júnior (2014), a Federação das Empresas Juniores do Espírito Santo - JUNIORES foi fundada em 7 de março de 2008. A principal função dessa federação é representar as Empresas Juniores no Espírito Santo perante os órgãos públicos, privados, filantrópicos e a sociedade em geral. Além disso, buscam garantir a qualidade

dos serviços prestados por essas empresas, capacitando os empresários juniores e integrando-os, a fim de estabelecer um aprendizado em conjunto.

A JUNIORES, como é apresentada esta federação estadual, é responsável por representar nove empresas juniores localizadas nos municípios de Vitória, Santa Teresa, Serra e São Mateus. Tais empresas atuam no ramo da consultoria administrativa, qualidade, comunicação social, engenharias, agronomia, ciência da computação, petróleo, gás e energias renováveis. São elas: Agrifes Júnior, CJA, CT Júnior, Ecos Júnior, EJCAD, Energy Júnior, Adapti, Ideas e Zetta Júnior (JUNIORES, Acesso em Ago. 2015). Destaca-se que o índice de satisfação das EJ's, que são federadas no Espírito Santo, com o trabalho desempenhado pela JUNIORES, encontra-se entre os três melhores índices de satisfação quanto ao desempenho das federações do país (BRASIL JÚNIOR, 2014), ou seja, a JUNIORES encontra-se entre as três federações mais bem avaliadas no país, quanto ao seu desempenho, na opinião das EJ's que participam da respectiva federação.

Atualmente, a área de atuação com maior número de consultorias júnior são as Ciências Sociais Aplicadas. Além disso, 70% das EJ's estão vinculadas a alguma instituição de Ensino Público Federal e 22% no Ensino Público Estadual e apenas 6% às Instituições Particulares. Em 2014, existiam aproximadamente 9.801 empresários juniores. O tempo médio de permanência desses alunos na EJ é de aproximadamente 14 meses. A forma de capacitação dos empresários juniores em 61% das EJ's é realizada através de treinamentos (BRASIL JÚNIOR, 2014).

No Espírito Santo, a primeira Empresa Júnior a se estabelecer no estado foi a Empresa Júnior de Consultoria em Administração – EJCAD, fundada em 1991 por um grupo de estudantes do curso de graduação em Administração da UFES (EJCAD, acesso em 05 abr. 2015). Em 1993 foi fundada a Consultores Juniores Associados - CJA. Neste mesmo ano surgiu a Empresa Júnior de Engenharias - CT Júnior. E em 1997, foi fundada a Empresa Júnior de Comunicação Social, denominada de Ecos Júnior.

De acordo com o Censo Identidade (BRASIL JÚNIOR, 2014), as empresas juniores no Brasil estão distribuídas conforme a Figura 2. Através desses dados, pode-se verificar

que no Estado do Espírito Santo existem oito empresas juniores. Entretanto, essas informações são baseadas em números de respondentes. Assim, participaram desse censo, apenas oito empresas juniores. Contudo, de acordo com as informações contidas no *site* corporativo da JuniorES, no presente Estado, atualmente existem nove empresas juniores federadas. Dentre estas, quatro empresas encontram-se no campus de Goiabeiras na UFES.

Figura 2 - Número de EJ que reponderam o Censo EJ de 2014 de acordo com suas respectivas unidades federativas.



Fonte: Brasil Júnior (2014).

3.2 Delimitação do estudo

Segundo a Federação das Empresas Juniores do Estado do Espírito Santo (JUNIORES), atualmente, existem sete empresas juniores federadas na UFES, conforme exposto a seguir:

- **Campus Goiabeiras:** Consultores Juniores Associados (CJA); Empresa de Comunicação Social Júnior (Ecos Júnior); Empresa Júnior de Consultoria em Administração (EJCAD); e (CT Júnior);
- **Campus São Mateus:** Adapti; Energy Júnior; e Zetta Júnior.

Por motivos de acessibilidade, este trabalho se limita às empresas juniores localizadas no *Campus* de Goiabeiras. Destaca-se que todas as empresas desse *campus* foram convidadas a participar deste estudo e confirmaram a participação na presente pesquisa. Contudo, uma das empresas, em momento posterior, não compareceu aos grupos focais. Além disso, participou também dessa pesquisa um membro representante da federação das empresas juniores do Espírito Santo. A confederação foi convidada, mas não houve retorno do convite para participação da pesquisa.

3.3 Tipo de Pesquisa

A pesquisa é do tipo qualitativo, pois segundo Creswell (2007), essa abordagem permite uma explicação de comportamentos e atitudes e possui um grande potencial de profundidade da investigação, na qual o investigador se envolve de forma intensa com os sujeitos da pesquisados, permitindo uma maior aproximação, o que leva a um melhor entendimento sobre suas crenças, valores, expectativas e sentimentos.

Ainda caracterizando esse tipo de estudo, destaca-se a obrigatoriedade de interações face a face no decorrer da entrevista, os dados coletados ocorrem nos ambientes naturais dos entrevistados, aborda a interpretação das realidades sociais e as informações são coletadas pelo próprio pesquisador. Ademais, utilizam-se múltiplas fontes de dados, como a análise documental, entrevistas e observações.

Este trabalho é um estudo de caráter exploratório-descritivo (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUIDANI, 2009), pois busca maior familiaridade com o problema e conhecimento, aprofundado sobre os sujeitos de pesquisa. Além disso, sua finalidade centra-se na

observação, classificação e descrição das dimensões da configuração da consciência política e da participação dos presidentes da federação e das organizações do MEJ, no *campus* Goiabeiras na UFES.

,

3.4 Sujeitos de pesquisa

A definição dos sujeitos desta pesquisa foi pautada nos seguintes critérios: presidentes das empresas juniores no segundo semestre de 2015 na UFES; presidente da federação estadual; comprometer-se a participar da pesquisa prestando informações, fornecendo documentos, preenchendo questionários, concedendo entrevistas e aceitando participar de cinco encontros agendados previamente com as pesquisadoras que se constituíram em grupos focais.

Com base nesses critérios, obteve-se o comprometimento de cinco sujeitos de pesquisa, atingindo assim, pelo menos um representante de cada empresa júnior na UFES e um representante da federação. Para preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa, são utilizados códigos de identificação na descrição dos resultados, conforme assegura o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A) que eles assinaram.

Os sujeitos da pesquisa cursam entre o 5º e 7º período do ensino superior nos cursos de graduação em administração, comunicação social, economia e engenharia civil da universidade onde as EJ's se encontram: todos são presidentes das instituições que representam na pesquisa; quatro são do sexo feminino e apenas um do sexo masculino; as idades variam entre 20 e 21 anos e o tempo médio de permanência no MEJ é de 24 meses.

3.5 Produção de dados

Para maior validação e relevância do estudo, adota-se o uso de diversos instrumentos de produção de dados (FLICK, 2009). Sendo assim, em um primeiro momento utilizou-se a pesquisa documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUIDANI, 2009) para descrição do MEJ; o diário de campo (MINAYO, 1993) para anotação de dados das observações (NOVAES; GIL, 2009) realizadas em diferentes oportunidades de contato com os sujeitos de pesquisa, bem como entrevistas semiestruturadas (GASKELL, 2002), questionários (REA; PARKER, 2000) e grupos focais (GUI, 2003), conforme cronograma da pesquisa (Apêndice B).

Para atingir o *primeiro objetivo específico da pesquisa*, foi realizada a análise documental (SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUIDANI, 2009) através das informações colhidas diretamente na fonte, ou seja, dados que não haviam recebido tratamento analítico, buscando elementos que sustentassem as questões de interesse. Dentre os documentos analisados, utilizou-se aqueles que permitiam uma melhor caracterização do movimento, o tipo de vínculo e a participação formal dos empresários juniores no MEJ, tais como: censos; *sites* das organizações do movimento e resoluções, cujo resultado encontra-se nos itens 3.1 e 4.1 deste trabalho.

Para atingir o *segundo, terceiro, quarto e quinto objetivo específico* deste trabalho, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (GASKELL, 2002) com os cinco sujeitos da pesquisa, conforme roteiro exposto no Apêndice C. Para alcançar o *sexto objetivo específico*, foi aplicado um questionário (Apêndice D) e realizado cinco grupos focais. O questionário foi entregue a cada sujeito da pesquisa pessoalmente pela pesquisadora em dia, horário e local agendado previamente, sendo respondido e recolhido após o preenchimento.

Os grupos focais foram realizados após a conclusão das entrevistas e do preenchimento dos questionários, com o objetivo de apresentar uma proposta de Programa de Formação-Ação Contínuo em Metodologias Participativas, a fim de analisar o interesse das organizações do MEJ em implantá-lo. Conforme acordado com os sujeitos da pesquisa, os conteúdos debatidos nos grupos focais seriam debatidos

por eles com os presidentes do ano de 2015 das organizações que eles representam, sendo que o resultado da discussão seria devolvido no próximo grupo focal. Este procedimento seria adotado em todos os grupos focais, uma vez que se torna impossível analisar o interesse pelo Programa de Formação-Ação Contínuo em Metodologias Participativas, somente mediante a vontade ou opinião do presidente destas organizações.

Durante os grupos focais, o pesquisador atuou como um moderador, interagindo com os participantes visando o aprofundamento das informações, buscando uma aproximação empática com a experiência dos participantes do estudo, capturando os significados dos pensamentos e sentimentos dos participantes às questões da pesquisa que emergiram através das reflexões e discussões sobre o tema (GUI, 2003). Os dados produzidos durante a participação dos presidentes nos grupos focais foram registrados para enriquecimentos da análise dos dados posteriormente.

Sendo assim, no primeiro encontro a proposta citada anteriormente foi apresentada, esclarecendo os conceitos e metodologias a serem adotadas. O *primeiro* encontro teve seu início com a apresentação dos participantes aos demais integrantes dos grupos focais, seguida pela apresentação da proposta citada anteriormente, esclarecendo os conceitos, objetivos e metodologias a serem adotadas. Ademais, foram esclarecidas algumas questões importantes para construção do programa de formação-ação em metodologias participativas, conforme roteiro do encontro no Apêndice E.

No *segundo* encontro, foram apresentados alguns resultados tabulados do primeiro encontro, expondo as proximidades e distanciamentos das práticas propostas por cada EJ. Discutiram-se ainda, algumas questões que incitaram dúvidas após a análise do primeiro encontro. O roteiro desse grupo pode ser acompanhado no Apêndice F. Além disso, foram esclarecidas as dúvidas e inquietações, fornecidas novas informações sobre o programa para discussão com os presidentes da gestão 2015 das organizações que compõem o movimento. Neste encontro foi feita a apresentação sumária do projeto anteriormente elaborado e ainda questionamentos sobre a receptividade dos demais empresários juniores das EJ's que as presidentes estavam representando.

O *terceiro* encontro seguiu a mesma dinâmica dos anteriores, iniciando com o compartilhamento das vivências, esclarecimentos das dúvidas e inquietações para avançar na discussão. O encontro seguiu seu roteiro apresentado no Apêndice G. Neste encontro houve a discussão do texto disponibilizado eletronicamente para todos os participantes. Nesse encontro, foi constatado que não foi possível o partilhamento das informações com os demais empresários juniores, por isso, houve um novo agendamento dos próximos grupos focais. Em seguida, foram discutidos aspectos importantes para a construção de um projeto mais voltados para a realidade específica de cada EJ e reafirmado o compromisso de partilhar e disseminar os conhecimentos dos grupos focais.

O *quarto* encontro foi voltado para o aprofundamento de técnicas e ferramentas de avaliação e monitoramento de um plano participativo, com a definição de indicadores específicos para a realidade que se trabalha, conforme roteiro apresentado no Apêndice H. Por fim, no *último* encontro foi realizado um encerramento das discussões e uma avaliação dos grupos focais, bem como decisões sobre a implantação ou não do programa nas organizações que compõem o movimento (Apêndice I).

As entrevistas e os grupos focais foram gravados, mediante autorização dos sujeitos e posteriormente transcritas para análise e codificação. As gravações foram arquivadas conforme orientações do comitê de ética e resolução nº 466/2012, que estabelece os cuidados a serem adotados quando a pesquisa envolve a participação de seres humanos. Nos recortes com as falas dos sujeitos de pesquisa, não foram realizadas correções gramaticais, a fim de manter maior fidedignidade aos dados. Para manter o sigilo, preservando o anonimato dos participantes, e ainda, para manter a organização dos dados, os dados produzidos foram codificados, conforme a seguinte legenda: nas entrevistas semiestruturadas o código utilizado foi “E+ nº de identificação do entrevistado; dados da Pesquisa Documental teve como código “PD”; os grupos focais foram apresentados pelas siglas “GF + nº do encontro”; e os dados da observação tiveram como código “OP+ nº da observação”.

3.6 Análise dos dados

Todos os dados obtidos foram submetidos à análise de conteúdo (BARDIN, 2011). Em um primeiro momento foi elaborada uma ficha para inserção dos dados da observação e da observação participante, codificando-os e categorizando-os de acordo com as dimensões do modelo de Sandoval (2001), adotadas como categorias analíticas *a priori*, a fim de atingir os objetivos da pesquisa.

Os dados obtidos por meio de diferentes instrumentos de pesquisa foram categorizados da mesma forma em outras fichas, uma para cada instrumento, em conformidade com as dimensões do modelo de Sandoval (2001). Para preservar a identidade dos sujeitos de pesquisa, foram adotados códigos, visando manter e não misturar os dados de cada sujeito e organização a qual ele representa.

Antes da codificação e da categorização, seguiu-se a recomendação de Bardin (2011), ou seja, realizou-se uma leitura dos dados para obtenção de uma percepção geral sobre os significados. Por fim, para categorização, aglomeraram-se as informações em blocos ou segmentos dos textos, estabelecendo uma correspondência por um agrupamento, de acordo com as informações levantadas e as dimensões da consciência política de Sandoval: identidade coletiva; crenças, valores e expectativas sociais; interesses antagônicos e adversários; a eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente e metas e ações do movimento social. Após a organização dos dados, os mesmos foram confrontados com a literatura para proceder à análise. A seguir, são apresentados os resultados da pesquisa. Contudo, vale lembrar que, apesar do convite realizado ao presidente da confederação, ela não participou da pesquisa. A Figura 3 resume os resultados de acordo com o marco teórico adotado na pesquisa.

Figura 3: Resumo dos resultados de acordo com o marco teórico adotado na pesquisa.

Dimensões da Consciência Política para Compreensão da Participação no Movimento Empresa Júnior						
Identidade Coletiva	Crenças, Valores e Expectativas Societais	Interesses Antagônicos e Adversários	Eficácia Política	Sentimentos de Justiça e Injustiça	Metas e Ações do Movimento	Vontade de Agir Coletivamente
É o sentimento de pertença ou identificação de interesses com um ator coletivo. Trata-se de um sentimento de solidariedade que viabiliza o desenvolvimento de laços sociais conduzindo ao sentimento de coesão social	Referem-se ao modo como o indivíduo percebe a realidade que participa. São os significados que este sujeito confere à estrutura social, às instituições e a sua inserção nelas.	Refere-se a identificação de como os próprios interesses materiais e simbólicos se opõem aos interesses de outros grupos.	São os sentimentos de uma pessoa sobre sua capacidade de intervir numa situação política.	São os sentimentos de reciprocidade social percebidos pelo indivíduo e a violação dessa reciprocidade interpretada como situações de injustiça.	São inerentes à percepção de reciprocidade dos participantes entre os objetivos do processo que participam com suas estratégias de atuação e seus <i>sentimentos de injustiça</i> , de <i>eficácia política</i> e os interesses.	É a predisposição de um indivíduo para realizar um conjunto de ações coletivas como forma de obter reparação para as injustiças, implica nos benefícios de agir. Refere-se à predisposição dos indivíduos em exercer ações coletivas com o intuito de suprir às injustiças
<p>O sentimento de pertença, de desenvolvimento de interesses comuns são os fatores que iniciamente os levaram à participação no movimento.</p> <p>Verifica-se sentimento de pertença pela EJ e não pelo MEJ.</p> <p>O sentimento de <i>identidade coletiva</i> e o envolvimento nas ações do MEJ são predominantemente dos membros que exercem algum cargo de gestão.</p>	<p>As <i>crenças, valores e expectativas societais</i> são característicos de uma sociedade capitalista neoliberal.</p> <p>O desligamento do movimento é provocado pelas <i>crenças, valores e expectativas societais</i> sobre a maneira como o movimento conduz o processo de tomada de decisões.</p> <p>Outro tema que promove o distanciamento são as <i>crenças</i> sobre o trabalho das lideranças do MEJ, que consideram um único formato de gestão: heterogestão.</p>	<p>Problemas econômicos da sociedade brasileira.</p> <p>Existem grupos com interesses contrários dentro do MEJ. Tratam-se dos juniores que não concordam com alguns dos valores difundidos no MEJ, como exemplo temos os grupos que não aceitam a ideia de meritocracia para a sociedade brasileira, amplamente divulgada no movimento e do elitismo do MEJ.</p>	<p>A capacidade de intervenção política dos representantes das EJ's no movimento é muito pequena, devido à limitada oportunidade para a participação nas tomadas de decisões importantes do MEJ. Isto porque as decisões importantes são tomadas apenas pelos representantes que possuem cargos de liderança relevantes no MEJ.</p> <p>Os representantes das EJ's identificam melhorias na formação e desenvolvimento das competências individuais das pessoas que participam do MEJ.</p>	<p>Os presidentes das EJ's revelam sentimento de injustiça no MEJ quanto à forma unidirecional e <i>top down</i> como as decisões são tomadas.</p> <p>Expressam sentimentos de injustiça quanto à ideologia valorizada de meritocracia que segundo um dos presidentes não se aplica à realidade brasileira que contém muitas desigualdades sociais.</p>	<p>Não gera motivação para o presidente da empresa júnior.</p> <p>Falta um melhor conhecimento e planejamento na definição das <i>metas e ações do movimento</i> nas diversas instâncias do MEJ.</p> <p>As <i>Metas e Ações do Movimento</i>, bem como sua estrutura e contexto, mais se aproximam de uma organização empresarial.</p>	<p>Formação reduzida quanto à participação no MEJ devido à falta de reciprocidade entre os objetivos do movimento com suas estratégias de atuação.</p> <p>A <i>vontade de agir coletivamente</i> no MEJ é provocada pelos benefícios desta participação.</p> <p>Apresentam dificuldade de compreender e de articular um programa de formação- ação em metodologias participativas como estratégia para mobilizar a <i>vontade de agir coletivamente</i> dos membros das EJ's que pouco participam do movimento.</p>

Fonte: Elaborado pela autora

O jogo de reflexões promovido pelas dimensões da consciência política dos participantes da pesquisa os leva a tomar decisões quanto à participação em ações individuais ou coletivas no MEJ. A Figura 2 sintetiza as ações individuais e coletivas que eles participam.

Figura 4: Resumo da participação em ações individuais e coletivas

Participação em Ações Individuais	Participação em Ações Coletivas
<ul style="list-style-type: none"> - Valorizam o modelo de heterogestão, havendo uma distribuição não igualitária de poder, separando-o em diferentes categorias. -As tomadas de decisões no MEJ ocorrem de forma <i>top down</i>, sem analisar o contexto e as especificidades de cada EJ; -A intenção de potencializar seus estudos (dos juniores) é um dos grandes motivadores para inserção na EJ, caracterizando uma participação instrumental. 	<ul style="list-style-type: none"> -Participação dos juniores que exercem cargo de liderança nos núcleos, federação, confederação; -Ações de mobilização promovidas pela federação com o intuito de potencializar as filiações ao Movimento, como exemplo, as campanhas de integração e as visitas as EJ's; -Participação ativa dos presidentes das EJ's e do presidente da federação nos eventos, assembleias e conselhos.

Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, os resultados apresentados nestes quadros são detalhados para que se compreenda melhor o assunto.

4 MOVIMENTO EMPRESA JÚNIOR: UM MOVIMENTO OU UMA ORGANIZAÇÃO?

Para entendimento desse capítulo, é fundamental a compreensão de dois termos: Organização e Movimento. De acordo com Gohn (2002), “organização” refere-se àquilo que está instituído e “movimento” visa questionar o que está instituído. O termo “movimento” possui muitos conceitos que variam de acordo com teorias, paradigmas e diversos entendimentos sobre o que são e a que se referem. Segundo a autora e conforme o sentido adotado neste trabalho, compreende-se que os “movimentos” transitam em espaços não consolidados, frequentemente questionam as estruturas e propõem novas formas de organização à sociedade política.

Essa distinção entre ambos os termos também foi debatida por Diani e Bison (2010) ao discutirem sobre os movimentos sociais. Estes autores apontam que os movimentos sociais são distintos em si mesmos e se relacionam as interações informais dedicados afincamente em um conflito, seja ele político ou cultural, fundamentado em uma identidade coletiva partilhada. Reforçam que nos movimentos é clara a presença das três dimensões: presença ou ausência de orientações para o conflito com oponentes claramente identificados; trocas informais densas ou espasas entre indivíduos ou organizações engajadas em projetos coletivos; e identidade coletiva forte ou fraca entre os membros dessas redes.

Nos movimentos sociais os critérios de participação são extremamente instáveis e dependem do reconhecimento mútuo entre os atores, já nas organizações os critérios de participação são extremamente formalizados. Logo, nas organizações os graus de formalização variam em cada organização, mas comumente as decisões e atividades importantes ocorrerão em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos (DIANI; BISON, 2010). Vejamos a seguir porque o MEJ se comporta como uma organização ao invés de um movimento.

A consciência política e a participação dos presidentes das EJ's e da confederação no MEJ

Neste capítulo, apresenta-se a análise dos resultados produzidos através das entrevistas semiestruturadas, das observações, do questionário e dos grupos focais. A seguir, são expostos os motivos que levam os presidentes das EJ's a participarem do MEJ. Esses resultados estão organizados de acordo com os objetivos apresentados neste trabalho, em conformidade com as dimensões do modelo de análise da consciência política proposto por Sandoval (2001).

4.1 As empresas juniores na UFES que fazem parte do MEJ

Conforme levantamento realizado através dos *sites* corporativos das Empresas Juniores e da Federação e através dos dados produzidos nas entrevistas e nos grupos focais, foi possível constatar que muitas são as iniciativas de abertura de empresas juniores, contudo, o envolvimento no Movimento Empresa Júnior é reduzido. Destaca-se que efetivamente poucas são as Empresas Juniores que realmente atuam no MEJ e reduzida também é a representatividade na sociedade brasileira, tendo em vista o número de estudantes em nível superior no país. Entretanto, ressalta-se que não são todos os cursos superiores que possuem empresas juniores, dadas as características do movimento.

O movimento empresa júnior cresceu de forma significativa no contexto brasileiro nos últimos anos. Segundo o Censo Identidade (BRASIL JÚNIOR, 2014), há 427 empresas juniores no Brasil, demonstrando um crescimento de 33% em relação ao ano anterior. Contudo, sua representatividade ainda é pequena se comparada com o número de pessoas matriculadas no ensino superior, pois existem 7,3 milhões de universitários (INEP, 2013) no Brasil e o número de empresários juniores corresponde a 9.801 em 2014 (BRASIL JÚNIOR, 2014).

Na empresa júnior de Administração, as frentes de trabalho são: processos, marketing, finanças, estratégia e gestão com pessoas. Na EJ de Comunicação Social, além dos serviços na área de comunicação, são desenvolvidos projetos voltados para o desenvolvimento do ambiente universitário. Já na empresa de

Economia, o foco é a realização de plano de negócios, planejamento estratégico, gestão financeira, gestão de processos e pesquisas de cliente oculto. E a EJ da área das engenharias atua no desenvolvimento de *web sites* e projetos arquitetônicos. Em relação aos clientes dessas EJ's, a maioria é composta por pessoas físicas e/ou Micro Empresas, seguidas por pequenas empresas e empresas que não possuem clientes, até o momento.

Um marco comemorativo quanto ao crescimento do MEJ foi reforçado através da sanção da Lei 13.267, publicada no Diário Oficial da União no dia 6 de abril de 2016, que visa regulamentar a atuação das empresas juniores no Brasil (BRASIL JÚNIOR, 2016). Essa lei normatiza a existência de mais de 1.200 organizações no Brasil, amparando-as juridicamente, proporcionando imunidade tributária, favorecendo o relacionamento com as Instituições de Ensino Superior, criando regras e prevendo benefícios a esta iniciativa (BRASIL JÚNIOR, 2016). A sanção dessa lei é resultado da participação política dos membros no movimento, durante os últimos quatro anos (GF-4), por meio de ações de fortalecimento do MEJ, realizadas pela confederação. A participação nesse processo de regulamentação foi vista como uma grande conquista pelos presidentes das EJ's, corroborando Demo (1993) ao dizer que participação é conquista e autopromoção.

O motivo da falta ou baixa participação no Movimento é compreendido de diferentes formas pelos presidentes das EJ's. Para Bordenave (2013), os motivos que levam a participação demonstram os interesses reais do sujeito para executar uma ação. Ademais, percebem-se algumas ações atuais da confederação, com intuito de potencializar as filiações no Movimento. A federação, com intenção de fortalecer o MEJ, realiza visitas às EJ's que ainda formalmente não pertencem ao MEJ, tentando esclarecer dúvidas sobre a filiação ao movimento, buscando envolvê-las e atraí-las para participar. Exemplos de percepções que justificam esse distanciamento na participação podem ser visualizados nos trechos abaixo:

“O peso principal sempre vai para a EJ, o MEJ fica sempre em segundo lugar. (...) As pessoas ainda não se sentem responsáveis pelo trabalho e muitas pessoas largam, algumas até se sentiam responsáveis largam porque já não ... já não têm mais vontade de trabalhar, às vezes por conta dessa falta de contato, fica desorganizado, ou coloca de segundo plano. Então, o trabalho no MEJ tem essa dificuldade.” (E04)

Através dessa fala, é possível perceber que a *Vontade de Agir Coletivamente*, ou seja, as ações para reparar as injustiças e até mesmo os benefícios de agir coletivamente, é reduzida quanto à participação no MEJ, devido à falta de reciprocidade entre os objetivos do processo com suas estratégias de atuação, que são as *Metas e Ações do Movimento*, levando assim, a um baixo sentimento sobre sua capacidade relativa à *Eficácia Política*. Isso porque as *Metas e Ações do Movimento* são poucas conhecidas e acabam se restringindo às tarefas e às ações de gestão da própria EJ.

O MEJ também foi destacado por muitos dos presidentes como um movimento que carece de muitas intervenções e que são observadas em sua dinâmica alguns *Interesses Antagônicos e Adversários* nas suas proposições. Isso no tocante à forma como são conduzidos e geridos os processos internos do movimento e ainda quanto aos discursos promulgados sobre meritocracia. Essa colocação pode ser mais bem compreendida no trecho a seguir:

“(...)A forma como o Movimento é conduzido, que é o que eu mais tenho assim de... “distoâncias”, por isso que eu falei que eu, acabando o ano, eu não vou exercer mais nenhum cargo de liderança no MEJ porque eu perdi a minha motivação, meu propósito de trabalho no MEJ. Eu acredito muito no MEJ (acho que eu tô passando essa vontade que eu tenho), mas o MEJ tem muitos problemas internos... e isso falando em nível de Federação e principalmente Confederação. Isso acaba gerando muitas coisas diferentes. Valores do MEJ, hoje a gente tá discutindo ... a gente tem um sonho, um sonho de Brasil que o MEJ tem ... Brasil mais realizador, mais reconhecedor de trabalhos feitos, mais alguma coisa, mais meritocrático. Hoje a gente tá lutando por esse meritocrático, porque tem dificuldade em acreditar no Brasil mais meritocrático e achar que o MEJ vai transformar o Brasil em um Brasil mais meritocrático, sendo que a gente tem um Movimento Empresa Júnior que não é meritocrático em si, e um país que não é igualitário. Então ... o Movimento Empresa Júnior, eu digo que não é... ele é sim meritocrático até certo ponto (...) O Movimento Empresa Júnior é elitista, só pode ficar muito tempo trabalhando, atuando dentro do MEJ, se doando ao MEJ quem realmente tem condições financeiras para não poder estar estagiando. (...) o MEJ dá muitas oportunidades, de liderança eu falei que o MEJ é trampolim, mas ele é meritocrático que “ah, eu cheguei nesse cargo onde estou hoje pela questão meritocrática do MEJ, porque eu mereci”. Ok, mas outras pessoas também mereciam tanto quanto você e não tiveram essa oportunidade.” (E04)

Nas empresas juniores investigadas, há uma valorização de um modelo de heterogestão, que de acordo com Pinheiro e Paes de Paula (2015), refere-se à organização na qual há uma distribuição não igualitária de poder, separando-a em diferentes categorias. Ou seja, neste caso das EJ's, por exemplo, as tomadas de decisões são articuladas por cargos. Assim, o modelo observado nas EJ's se

aproxima da gestão tradicional, de “valorização da hierarquia, divisão do trabalho e do suposto discurso da meritocracia ao tratar das tomadas de decisões e remuneração” (PINHEIRO; PAES DE PAULA, 2015. p. 244). No caso das EJ’s, destaca-se que não existe remuneração, todos empresários juniores atuam de forma voluntária, sem qualquer ajuda de custo. Já as tomadas de decisões ocorrem de forma unidirecional e sem envolvimento de todos os empresários juniores, as decisões importantes no MEJ são tomadas apenas pelos juniores que possuem grande representatividade no movimento.

O posicionamento de formalização e padronização dos mecanismos de coordenação e regulação interna e critérios de participação formalmente estabelecidos são condizentes com a definição de Diani e Bison (2010), no que tange ao termo organização empresarial e são características do formato de organização apresentado pelas EJ’s, ou seja, de empresa privada.

O direcionamento promovido pelas EJ’s, no que tange ao formato das tomadas de decisões e das estruturas hierárquicas, é amplamente criticado nos artigos que as colocam como foco, pois reforçam ideologias capitalistas com desigualdades, contradições econômicas, relações de poder e dominação promulgadas nos relatos (BICALHO; PAES DE PAULA, 2002; SEKI; SIMÃO, 2014). Todavia, destaca-se que as EJ’s fazem parte de um movimento que possui sua gênese e história proveniente da ideologia capitalista. O *valor* meritocracia foi amplamente discutido pelos presidentes em diferentes momentos, pois eles destacam que apesar de retratar uma ideologia política assimilada no MEJ, percebe-se que essa “meritocracia” não se adequa à sociedade brasileira e dentro do próprio movimento há decisões que não condizem com uma postura meritocrática. Como exemplo, segue a fala a seguir:

Hoje a gente tá lutando por esse meritocrático, porque tem dificuldade em acreditar no Brasil mais meritocrático e achar que o MEJ vai transformar o Brasil em um Brasil mais meritocrático, sendo que a gente tem um Movimento Empresa Júnior que não é meritocrático em si, e um país que não é igualitário. (E04)

A ideologia meritocrática propõe que as recompensas devem ser decorrentes de merecimento. Seus defensores argumentam que ela permite maior justiça por não considerar distinções por sexo, etnia, classe social, entre outros fatores biológicos

ou culturais (BARBOSA, 2014; RAMOS, 2015). Todavia, destaca-se que esse posicionamento privilegia aqueles que foram sujeitos às melhores condições de vida, diante de suas respectivas constituições sócio históricas (DE ANDRÉ, 2013; ANDERSON, 2015). Logo, o incentivo baseado no individualismo, focado nas características e habilidades, favorece desigualdades sociais e econômicas, mascarando privilégios (WARIKOO, FUHR, 2014; CLYCO, NOUWEN, VANDENBROUCKE, 2014). Assim, nota-se que a ideia de sucesso não depende exclusivamente do esforço individual, mas também de diversos outros fatores.

Os presidentes afirmam que tentam minimizar as ações que perpassam a não meritocracia, mas muitas delas ocorrem de forma *top down*, sem analisar o contexto e as especificidades de cada EJ. Revelam que um dos momentos em que tentam diminuir essas discrepâncias é no momento da seleção dos novos empresários juniores, quando possibilitam a participação de qualquer aluno da referida área que queira participar do processo seletivo. A inserção dos presidentes nas EJ's, para todos os sujeitos de pesquisa, inicialmente, foi motivada pela capacidade de formação que eles observavam ao participar do movimento.

“A princípio, logo que eu entrei, era mesmo me capacitar e crescer profissionalmente, o propósito era esse, me conhecer e fazer parte mais da universidade. Eu queria me inserir assim... e se eu ficasse só na sala de aula, não teria tanto contato com professores, com a universidade, não teria esse conhecimento prático, então é crescimento profissional e conhecimento mesmo.” (E02)

“Pra mim o MEJ é um campo de formação de pessoas. Eu acho que foi isso que eu me apaixonei, (...) ele faz com que elas sejam diferentes, que elas tenham uma visão diferente pro mercado de trabalho, já juntando essa questão social e ao mesmo tempo de capacitação, pra que elas possam realmente ser diferente no mercado. Acho que é a minha visão de mundo ... realmente é parecida com o Movimento ...eu quero contribuir de alguma forma com a sociedade.” (E03)

“O MEJ é um movimento de jovens inconformados com a realidade atual do Brasil. É o que diz o nosso propósito: nosso objetivo é formar pessoas capacitadas e comprometidas pra mudar o Brasil, então pra mim o MEJ é isso. É aquela pessoa que entra na faculdade e não quer ser apenas um, quer fazer alguma coisa diferente e [...] para contribuir pra sociedade, porque a gente tá aqui ... a gente não tá fazendo uma coisa só pra gente, a gente tá querendo mudar. Pra mim o MEJ é isso, é transformação...” (E01)

Dessa forma, percebece-se que os fatores que levaram à inserção dos presidentes nas EJ's possui muita relação com a *Identidade Coletiva*. O sentimento de pertença e de desenvolvimento de interesses comuns são os fatores que inicialmente estimularam a participação no movimento, corroborando Sandoval (2001) e

Bordenave (2013), ao citar o prazer em fazer algo devido à expressão dos interesses reais dos sujeitos.

Conforme exposto anteriormente, a intenção de potencializar seus estudos é um dos grandes motivadores para inserção nas EJs. Contudo, percebe-se que a expectativa quanto a essa formação, às vezes, se distancia da proposta do ensino acadêmico, uma vez que os presidentes buscam uma preparação muito direcionada para uma capacitação voltada apenas para o mercado de trabalho. Esse afastamento exemplifica as críticas de Mascarenhas, Zambaldi e Moraes (2011) sobre a dissociação entre a teoria e a prática (MASCARENHAS; ZAMBALDI, MORAES, 2011).

Além disso, verifica-se que ao se envolver e se restringir com essas atividades, os presidentes das empresas juniores minimizam a importância da educação formal, questionando a aplicabilidade dos cursos oferecidos, confundindo o ensino de nível superior com a educação técnica e empresarial, pois em seus relatos há a centralidade de um formato de atuação única e voltada para a aquisição de resultados monetários (DA COSTA; SARAIVA, 2012).

No relato de todos os presidentes e nos dados apresentados nos documentos das EJ's e do MEJ, a mudança que eles se referem ao falar do Brasil, diz respeito às *expectativas* por um país melhor em termos de resultados proporcionados por ações de empreendedorismo. Isso porque eles consideram que esse tipo de transformação nos alunos irá impactar todo o país. Na gênese do movimento encontra-se o objetivo de complementação dos estudos e a tentativa de aproximação com a realidade empresarial, ambos objetivos podem ser compreendidos como uma alternativa de aproximação com a relação teoria *versus* prática, discutida anteriormente nas críticas que abordam o distanciamento da prática e a dicotomização do mundo acadêmico em relação à atuação no mercado de trabalho (MASCARENHAS, ZAMBALDI, MORAES, 2011; DEMAJOROVIC; SILVA, 2012).

“Que é muito sentimento, assim, porque ninguém ia trabalhar sete ou oito horas por dia, voluntária, assim... se não tivesse um propósito maior, algo que de fato que a gente se unisse pra conseguir, então passar essa grandiosidade é o que eu vejo que atrai muito. Mas, a principio, na universidade os alunos já entram querendo capacitar ... depois a gente vê muito isso, todo mundo entra querendo aprender, depois que entra, que fica um tempo, que internaliza de fato esse propósito, que vai em algum evento

do Movimento, é que muda assim o objetivo, vai além de se capacitar, é querer mudar alguma coisa, é fazer diferença.” (GF-3)

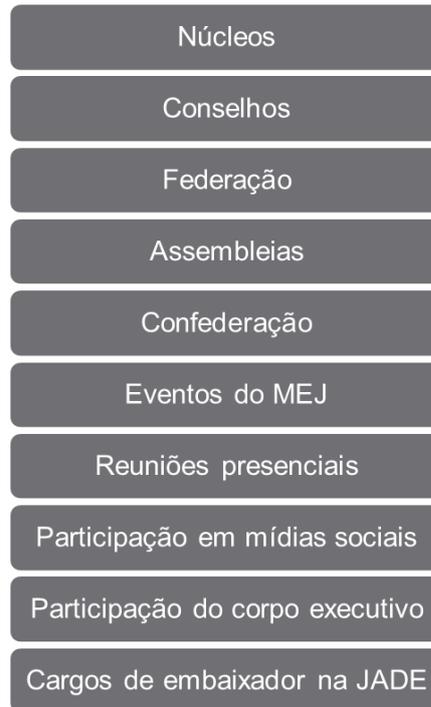
Através desta fala, também podemos perceber que o acesso dos membros é motivado pela oportunidade de capacitação e a permanência é por propósito, tendo em visto a voluntariedade empregada na participação no MEJ, que visa obter como contrapartida a aprendizagem na prática do cotidiano de trabalho em uma empresa. Da Costa e Saraiva (2012) citam que há poucos estudos sobre o empreendedorismo nas empresas juniores. Entretanto, afirmam que há uma prevalência de um posicionamento no qual o desempenho dos jovens empreendedores é sempre positivo para o desenvolvimento profissional. Mas, conforme aponta estes autores, o empreendedorismo tornou-se uma “ideologia do novo espírito capitalista que precisa ser questionada” (DA COSTA; SARAIVA, 2012, p 611, tradução nossa).

Por fim, observa-se que pouco claros são os ideais de transformação. Nos relatos, apesar de recorrente o discurso de mudança e de transformação de um país, nota-se que as transformações concretas expressadas através da participação no MEJ não se efetivam. Trata-se de relatos que se convertem em discursos promulgados de forma automatizada, que não são contextualizados em suas vivências, isso porque, comumente, há ambiguidade entre o que descrevem e suas ações.

4.2 Os mecanismos de participação no Movimento Empresa Júnior

No que tange aos mecanismos de participação no MEJ, segundo os dados da pesquisa documental, 37% dos presidentes das empresas juniores afirmam que incentivam a participação dos empresários juniores nas demais instâncias do MEJ, ou seja, núcleos, federação e confederação. Mas, a forma como as EJ's mais incentivam os empresários juniores a participarem são os eventos do MEJ. Já 21% das EJ's incentivam a participação em reuniões presenciais e atividades das outras instancias (núcleos, federação e confederação) e 20% das EJ's revelam incentivar os demais empresários juniores a fazerem parte do corpo executivo (BRASIL JÚNIOR, 2014). Os mecanismos de participação do movimento citados pelos presidentes encontram-se representados na figura abaixo:

Figura 5 - Mecanismos de participação no MEJ



Fonte: Elaborado pela autora

Os mecanismos de promoção da participação no MEJ, citados como os mais importantes por todos os respondentes, foram os eventos realizados pelo MEJ. Contudo, os sujeitos desta pesquisa destacam o caráter seletivo que esses eventos possuem, devido ao alto custo envolvido na realização dos mesmos, promovendo em todos os presidentes o *sentimento de injustiça*.

“Se eles não participarem do Encontro no final do ano, no Encontro Capixaba, também não vão ter nenhum contato, então é muito complicado pra alguns tipos de EJ’s se manterem fieis ao Movimento Empresa Junior.” (E04)

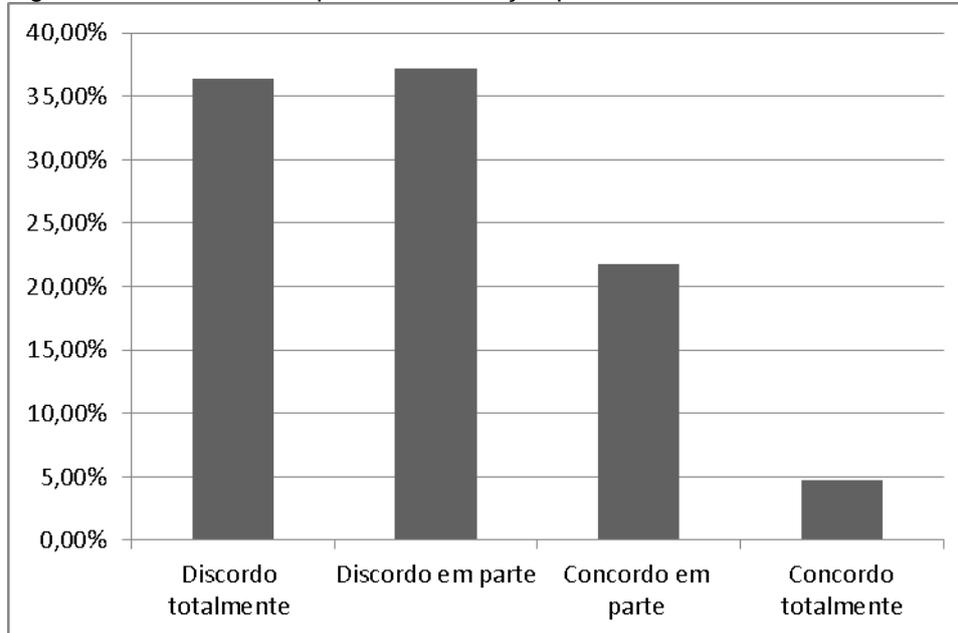
“Os eventos do MEJ mesmo aí tem o Encontro Nacional, o ENEJ e os regionais, o do Estado aqui tem o ENCEJ que é o encontro Capixaba e também os próprios eventos da Federação, em junho tem um evento é pela Federação, pela Juniores, tem o Encontro de Líderes da Juniores, tem o encontro de Líderes da Brasil Júnior.”(GF05)

“É... eu acho que a melhor forma são os eventos mesmo de engajar todo mundo. Todo mundo volta do evento assim, encantado, abrilhantado, porque vê que não está sozinho, entendeu? (...) O evento é a melhor forma de integrar e alinhar mesmo.” (E02)

De forma geral, há um sentimento de pertença nas EJ reforçado pelo sentimento de *identidade coletiva*. Mas, quando a instância é o MEJ, evidencia-se que não existe muita adesão de todos os empresários juniores. A dificuldade de adesão é interpretada de múltiplas formas pelos entrevistados. Isso se deve principalmente aos seguintes fatores: o distanciamento que o MEJ tem das EJ's; a caracterização elitista das ações do movimento e à própria dinâmica da Empresa Júnior.

O distanciamento que o MEJ tem das EJ's é explicado pela forma de atuação do movimento. Na percepção de alguns presidentes, o MEJ não atua como movimento, mas sim como uma organização. O estilo elitista do movimento é apontado por todos os entrevistados, pois a participação no MEJ demanda que o participante tenha condições financeiras para isso, o que prejudica a igualdade na participação e a igualdade de poder político (PATEMAN, 1992). Estes dados qualitativos corroboram os dados do último Censo Identidade (BRASIL JÚNIOR, 2014) citados a seguir sobre a proximidade que a Brasil Júnior tem em relação à EJ.

Figura 6 - A Brasil Júnior possui uma relação próxima com a minha EJ



Fonte: Brasil Júnior (2014).

Conforme exposto no gráfico acima, o distanciamento entre a Brasil Júnior e as EJ's é destacado pela maioria das EJ's. Esse distanciamento justifica os limites quanto às oportunidades de participação no MEJ. Esse distanciamento se reflete no poder de tomada de decisão e no grau de controle que é muito reduzido por parte dos

empresários juniores das EJ's, que não possuem cargos de liderança legitimados no MEJ, havendo assim limitações das práticas participativas desses sujeitos nos processos do movimento, corroborando as afirmações de Dioni e Bison (2010), apontadas anteriormente, no que se refere aos limites da participação. Devido a essa baixa capacidade de intervenção e de modificar sua realidade, observa-se poucos sentimentos de *eficácia política* para agirem na reparação dessas mudanças.

Ademais, indicam que as demandas da EJ exigem muito envolvimento nas atividades rotineiras e existe um alto índice de rotatividade nas empresas júniores. Para eles, a alta rotatividade, principalmente nos cargos de gestão, é justificada pela proposta do movimento de oportunizar espaços de aprendizagem para todos os empresários juniores, para permitir que mais pessoas tenham contato com as oportunidades de aprendizagem proporcionadas pelo cargo de liderança, onde os diretores permanecem no máximo dois anos. Destacam que, quando as pessoas passam por um maior período de permanência na EJ, elas desenvolvem e compreendem o propósito do MEJ e passam a se sentir parte do movimento. Exemplos dessas atribuições podem ser melhores compreendidas nos trechos e nas notas de observação do diário de campo apresentadas a seguir.

“Quer dizer, pode até ter agregado à Brasil Júnior, mas não agregaram aos empresários juniores que estavam lá... e o Movimento não foi discutido, os problemas não foram discutidos, o que a gente pensa das Empresas Juniores... o que falta às Empresas Juniores não foi discutido... como a gente pode ampliar nosso Movimento não foi discutido, pensar a nossa organização... então eu senti que aquele momento foi um momento de injustiça acho que até por dois focos: teve o lado que a gente estava em um evento pago e a gente tava sendo vendido ... porque eram empresas e parceiras que estavam lá visando a gente eu falei “ok, eles têm todo direito de fazer isso porque as empresas estão lá bancando, eles querem ter uma contrapartida.” (E04)

“A gente tem muitos membros, mas às vezes demora as pessoas entenderem como funciona o Movimento. O novo membro acaba de entrar, primeiro ele tá imerso na empresa, depois de um tempo que ele vai começar a entender o Movimento na importância dele como um todo e querer atuar dentro dele. Então, não é todo mundo assim que pega isso fácil, por isso que a gente sempre pede pras pessoas irem nos eventos porque o Evento é onde eles tem contato de verdade”. (GF02)

“Então, essa questão mesmo do Movimento não se enxergar como movimento e se enxergar como organização, o Movimento não pensar primeiro nos empresários juniores e sim pensando na própria organização ou no quanto as EJs estão produzindo ou deixando de produzir, por mais que isso interfira na formação não é o principal, ao meu ponto de vista pelo

menos, como o Movimento não pensa na regularização dos Empresários Juniores, que foi outro ponto que eu bati muito que a gente tá trabalhando agora.” (E04)

“Então, o desafio, a limitação é justamente a questão financeira, que chega num ponto que não sustentam mais assim, os pais já começam a falar e a gente ouve muito aqui: “quando que você vai arrumar um estágio, que você vai parar de depender tanto né?” Então, assim... é limitação financeira mesmo, é o maior desafio nosso com relação a todos os membros. Isso é geral.” (E02)

“O MEJ é um centro de oportunidade! Com certeza é um centro de oportunidades! Mas não são oportunidades para todos que nem todos podem estar lá. Vários têm a capacidade, mas não têm condições, então... (risos).” (OP04)

Através desses trechos, pode-se perceber que dentro do próprio movimento existem percepções de grupos que destoam das ações do MEJ. Nesse primeiro trecho, sobressai claramente os *interesses antagônicos e adversários* na fala de um presidente, bem como o *sentimento de injustiça* provocado pelas *metas e ações do movimento*, que distanciam os objetivos particulares dos objetivos do movimento. Esse *sentimento de injustiça* reforça a *crença* de que não há reciprocidade e manutenção das ações.

Corroborando com esses trechos, a seguir apresentamos o *folder* convidativo de um dos eventos do MEJ; o Encontro Capixaba de Empresários Juniores, que ocorreu nos dias 12,13 e 14 de dezembro de 2015. O local do evento é um dos hotéis mais luxuosos no estado do Espírito Santo, reforçando o caráter elitista apontado pelos presidentes, conforme a Figura 7.

Figura 7 - Folder do ENCEJ



Vamos ficar por dentro!

- ◆ O **ENCEJ 2015** acontecerá nos dias: 12, 13 e 14 de dezembro.
- ◆ Acontecerá no **HOTEL ECO DA FLORESTA**, em Domingos Martins/ES.
- ◆ As inscrições serão abertas ainda este mês, fiquem ligados!
- ◆ Empresários Juniores de empresa júnior federada o valor da inscrição será **R\$280,00**.
- ◆ Empresários Juniores de empresa júnior não federada, e Pós Júnior o valor da inscrição é de **R\$300,00**.

 ENCEJ2015
ENCONTRO CAPITALIZA DE EMPRESAS JÚNIOR

FONTE: Juniores (REDES SOCIAIS, 2015).

Assim, na organização do movimento, há um favorecimento de minorias agindo como selecionador e privilegiador de parcelas de populações mais favorecidas (PARKINS; SINCLAIR, 2014; MORRISON; DUNLAP, 1986). Nessa condição, percebe-se uma cultura e um discurso sobre a participação, mas que não se concretizam em suas ações. Nessa lógica de organização, são reforçadas as contradições econômicas, desigualdades, relações de poder e dominação.

As práticas de participação são construídas de diferentes formas e cada construção só pode ser entendida com referência ao contexto em que está inserida (DEAN, et al., 2014). Logo, além dos eventos, os presidentes compreendem como sendo mecanismos de promoção da participação, as diversas instâncias do movimento, que são as assembleias, os conselhos e outras ações ilustradas a seguir:

“A gente pode participar candidatando né a algum cargo de qualquer instância, então a gente tem essa liberdade e é algo incentivado, então a gente pode se candidatar à Federação, Confederação, qualquer um dos membros da nossa EJ e às vezes a gente coloca alguns critério mas a gente tem essa liberdade de participação. Outra forma é através dos eventos, que a gente tem eventos a nível estadual, a nível nacional, entre as EJs e outra forma incentivada é os benchmarks com todo o Movimento Empresas Júnior.” (GF05)

“No Brasil a gente tem a Federação Nacional de Empresas Juniores, que é a Brasil Junior, e a Brasil Júnior coordena o Movimento a nível nacional, e a nível Estadual a gente tem as federações que são as articuladoras a nível de Estado ... aqui a gente tem a Juniores. E tem um Estado que tem Núcleo. No futuro eu até vejo a formação de núcleos porque agora a gente

tem poucas empresas federadas, a gente tem oito, mas tem muitas outras iniciativas. Só em Alegre já tem mais de 8 ... tem muitas iniciativas, que daria pra montar um Núcleo lá ... Núcleo São Mateus ... e essas esferas de atuação do Movimento elas incentivam a participação e a gente pode atuar também nessas esferas ... qualquer Empresa Júnior pode ter essa iniciativa de atuar em todas essas esferas de maneiras diferentes, contribuindo pra rede, também pra Empresa Júnior.” (E02)

“E eu vejo muito pelas redes sociais porque é onde todo mundo se encontra no final de tudo então tá todo mundo conectado na página do MEJ, da Brasil Júnior, então é o principal canal deles de comunicação, é lá que lança os programas estão todos contidos no site, a gente tem acesso, livre acesso a isso, então tentam fazer o máximo possível que seja transparente, que aqui tá cada um num lugar do Brasil. (...) Outra forma de participação é por exemplo na Jade, que é Confederação da Europa, que a gente pode se candidatar pra ser um Embaixador lá ou mesmo Promotor.” (GF05)

“Então, além de eventos a gente tem prêmio de cultura empreendedora, prêmio de excelência em gestão, que envolve todas as empresas júnior do Brasil. Além disso, tem treinamentos que são para toda a rede. Então é capacitação mesmo, é igual... na Federação tem reuniões que convida todas as empresas juniores, a gente tem reunião mensais de Conselho. Deixa eu ver mais alguma ação... E ações assim em mídias online, é por exemplo para gente enviar... Eles tem algum tema por exemplo: Reconhecendo a sua história, um tema que eles colocam, cada empresa júnior envia uma foto que representa isso. A foto que for mais votada a Empresa Júnior pode enviar um vídeo explicando toda como é que é a vivência da empresa, o que que a gente faz, pra Brasil Júnior que vai ser publicada e vai ter alcance no Brasil todo. Então, são ações assim, de motivação mesmo que o pessoal trabalha na Empresa Júnior.” (E01)

“Tem a AGO, que é Assembléia Geral Ordinária ... alguma coisa assim, que reúnem todos os presidentes das Empresas Juniores mais a diretoria das Federações e da Brasil Júnior. Os conselhos...” (E02)

Os presidentes reconhecem diversos canais de participação; contudo, vale destacar a qualidade dessa participação, ou seja, esses canais permitem uma discussão sobre questões pertinentes ao movimento? Ou são apenas mecanismos que permitem somente uma integração, sem incitar questionamentos ou proporcionar espaços para as pessoas participarem das decisões? Entre os entrevistados, destaca-se apenas uma pessoa que apresentou preocupação com essas temáticas.

Esse posicionamento, mais crítico e questionador, contribui para o desligamento dele do movimento. Os demais não conseguem perceber as formas de controle de poder. Este participante, que destoou dos demais, acrescentou que os prêmios e padrões de avaliação do MEJ são sempre voltados para um único tipo de

organização ideal e desconsidera as outras possibilidades de atuação. Esse aspecto ratifica a análise de Bicalho e Paes de Paula (2012) sobre a concentração de poder quando citam a centralidade de possibilidades de atuação e apontam que os membros do MEJ não têm autoridade para influenciar os critérios estabelecidos pela empresa.

Ainda sobre a qualidade da participação, pode-se perceber o interesse do MEJ em direcionar a participação dos demais membros aos interesses do movimento. Ademais, o MEJ reforça um discurso dominante no qual prevalece um único modelo de geração de riqueza na sociedade capitalista contemporânea que é o empreendedorismo, na qual há uma grande valorização do movimento empresarial. De acordo com Da Costa e Saraiva (2012), o desenvolvimento de uma cultura empreendedora é imprescindível para os empresários juniores.

Além disso, o participante que apresentou um posicionamento mais crítico e questionador aponta que a maioria dos demais empresários juniores pertencentes a sua EJ tem interesse no movimento apenas devido à aprendizagem técnica proporcionada pela EJ e não participam, bem como não demonstram interesse por questões mais críticas e reflexivas do movimento e que também desenvolvem habilidades pessoais.

Nesse contexto, nota-se a necessidade de incentivar os alunos a produzir conhecimento e não apenas reproduzi-lo (ABDEL HALIM, 2011). A maioria dos estudantes, conforme apontado por este autor, não se aproxima de uma leitura crítica que conseqüentemente os levaria a um pensamento mais crítico e a uma consciência política crítica, pois se centram na superficialidade dos discursos.

4.3 A participação dos membros da gestão 2015 das empresas juniores nas ações coletivas do MEJ

Os presidentes da gestão atual avaliam que eles têm uma grande participação nas ações coletivas do MEJ. Para todos os entrevistados, a participação nessas ações é incentivada por todos os presidentes para os demais empresários juniores. Contudo,

comumente os relatos retratam o posicionamento apenas dos presidentes, ou seja, quase sempre ocorre no singular e não relaciona ou integra os demais empresários juniores nesses contextos de participação em ações coletivas no movimento.

“Eu tenho participado mais do que cabe ao meu cargo, por exemplo, eu tenho a oportunidade não só de tomar decisões para um maior envolvimento das pessoas aqui no Movimento, quanto também como Conselheira da Federação. Eu faço o possível pra em todas as decisões, pesquisar bastante, ponderar qual vai ser a melhor decisão pro Movimento porque como Conselheira, apesar da gente ser amigo e tal, a gente precisa ser muito firme no nosso posicionamento pra que tudo saia da melhor maneira possível e com uma boa qualidade para o Movimento.” (E02)

“A gente tem uma dificuldade para engajar o pessoal da CT”(GD02)

“Em termos de empresa eu vejo que eu (risos), participo bastante na Federação tenho uma participação bem ativa porque a nossa principal entrega da Federação são eventos. Eu participo de quase todos, só quando eu não posso mesmo. Em nível Nacional também eu tento participar sempre, por exemplo (...) teve encontro nacional de empresa júnior que foi em agosto de 13 a 17 de agosto lá em Brasília. A gente foi, eu fui, os outros membros da (...) foram, a gente apresentou um projeto na verdade um case de sucesso e a gente foi premiado como melhor case do Brasil (risos). Eu sempre tento participar, contribuir da forma que eu posso, eu participo mesmo.” (E03)

“Em sua totalidade (...) nem sempre é fácil levar toda a equipe para todos os eventos, ou participar de todos os programas (...) os programas da Brasil Júnior, a maior parte deles a gente participa, só não participa quando não se enquadra e a gente tem várias pessoas que estão participando da Federação ou da Brasil Júnior assim a gente chega a levar sempre alguém lá e tal, mas se você for colocar em proporção ainda não é o que a gente quer a gente quer mais.” (GF05)

No entanto, eles reconhecem que essa grande participação comumente não é intensificada por todos os empresários juniores. Além disso, atribui responsabilidade individual pela participação dos demais. Ainda, questiona-se a forma como essa participação ocorre, tendo em vista que se percebe uma tentativa de preservação de um discurso participativo, mas as possibilidades de participação ocorrem de forma limitada e parcial, devido aos limites estabelecidos para a participação na organização do MEJ. Essa participação acontece de forma parcial porque as possibilidades de participação estão condicionadas aos cargos e as normas legitimadas pelo MEJ; nessa lógica, quem possui cargo de representatividade tem maior poder de participação.

“(...) O MEJ depende muito do engajamento individual, tem que ter alguém do seu lado te colocando um propósito pra você poder participar daquilo, ou

“você tem que participar de alguma coisa que te abra muito a mente pra falar eu quero. Porque como é um trabalho voluntario, dificilmente as pessoas vão buscar aquilo pela vontade própria, além da EJ, que a EJ é uma coisa que está aqui, aberto pra mim, é uma coisa na minha área que eu gosto, já o MEJ não, o MEJ é uma coisa afastada.”(E04)

Nota-se que apesar de criticar em seu relato a ideologia do mérito e do individualismo, conforme apontado, o que se observa nas suas práticas é um discurso hegemônico sobre a valorização do individualismo. Isso vai de encontro ao que Ekman e Amna (2012) mencionam, ou seja, o declínio de uma postura mais ativa na sociedade no que se refere à participação política.

Todavia, algumas EJ's reconhecem a necessidade de incentivar a participação dos demais empresários juniores, como responsabilidade dos presidentes das respectivas EJ's. E justificam essa tentativa de incentivar a participação dos demais empresários juniores do MEJ, por meio de ferramentas e instrumentos de mensuração para “controlar essa participação” de todos nas ações coletivas do movimento. No entanto, por meio dessas práticas, acabam reforçando um modelo capitalista de gestão pautado no controle e na centralização de poder. A seguir, um depoimento ilustra essa prática:

“Mas, inclusive a gente tem até indicador e meta pra isso, pra questão da participação em todas as ações coletivas, então a gente incentiva todo mundo, mas tem uns que são mais... (...) A gente tenta entender, mas sempre motivando elas, incentivando a participar de todas as ações coletivas.” (E01)

Através desse exemplo, percebe-se que efetivamente a participação não os possibilita tomar decisões que influenciem as escolhas das diretrizes do movimento. Segundo Pateman (1993), quando são utilizadas estratégias apenas para persuadir, os demais aceita as decisões já tomadas pelos que ocupam cargos hierarquicamente maiores, temos a pseudoparticipação.

Os respondentes também informam a existência de uma diferenciação entre participação que ocorre em nível do Movimento e em nível da EJ. Através dos grupos focais, pode-se perceber que todos avaliam que há uma identificação maior em nível de EJ, e de sentimento de pertença e *identidade coletiva*. Já essa proximidade com o MEJ não é recorrente.

“Em nível de EJ eu vejo que o envolvimento é maior do que as pessoas aqui (pelo menos os membros do (...), agora a gente se envolve mais com EJ do

que com a (inaudível) Federação, por exemplo mas, o movimento não é tão intenso.” (E03)

“A participação na EJ acho que é sempre a mesma coisa assim, que é capacitação, é desenvolvimento profissional, pessoal e ninguém entra sabendo de MEJ assim entendendo o Movimento, não tem nada disso. Então, entra com um objetivo e se descobre e aquilo passa a ser algo maior, entendeu? Aí se descobre um propósito ali mas no início todo mundo entra com o objetivo de crescimento pessoal, profissional, aprendizado...”(GF05)

Entretanto, os presidentes das empresas abordadas afirmam que a participação às vezes é difícil de ser conciliada com as demais demandas de um estudante, por exemplo, os trabalhos que a academia exige, fazendo-os priorizar algumas atividades. A seguir é apresentado um trecho que ilustra a dificuldade de conciliação entre as atividades.

“ [...] é complicado, é muito complicado porque as pessoas muitas vezes... elas querem poder participar da EJ, elas querem poder participar do Movimento, mas elas não têm condições de poderem estar participando acaba que nem o Movimento, nem as EJs tentam se adaptar a isso e os membros. Alguns até buscam, tentam, algumas pessoas realmente conseguem conciliar ambos, mas não é a maioria, não são muitas... e a gente acaba não se movendo. A EJ, por ser um espaço físico que demanda presença, demanda ter aquela rotina de trabalho, é mais engessada pra conseguir fazer isso. E o Movimento Empresa Junior, que é muito mais dinâmico, por ser inicialmente virtual e tudo mais, também não tem, teoricamente né (porque tem reuniões presenciais e tudo mais).” (E04)

Apesar de os relatos dos presidentes reforçarem que incentivam a formação de todos estimulando a participação, nota-se que, efetivamente, na prática do cotidiano e nas ações dos presidentes das empresas, algumas decisões comumente são tomadas de forma automatizada e sem envolvimento ou estímulo à participação dos demais empresários juniores. A participação, quando ocorre, revela um discurso de participação que efetivamente não acontece e se volta para formas limitadas e parciais de participação (COUTINHO, 2002), ao invés de uma efetiva distribuição de poder entre todos. Um trecho da entrevista de uma EJ a seguir ilustra essa situação, na qual ocorre uma decisão macro, que efetivamente seria interessante ser trabalhada por todos, mas que não ocorreu dessa forma.

“[...] amanhã a gente tem uma reunião geral, que foi uma questão que a gente voltou atrás, foi uma decisão que a Diretoria tinha tomado e os membros revogaram essa decisão e amanhã a gente vai ter uma nova votação com todos os membros, não só os diretores (...) É... da identidade visual da empresa, que é uma coisa que desde o começo eu achava que tangia a todos, mas como Diretoria a gente tomou uma outra decisão e a gente revogou ela ... a gente sentiu que estávamos realmente errados. E em relação ao Movimento, eu falei da questão da Assembleia, que foi um

momento em que nós acreditávamos como lideranças do Movimento Empresa Júnior, que era Assembleia Geral Ordinária onde todos os Presidente da juniores e Diretores-Presidentes estavam presentes, que nós poderíamos ter um debate, uma discussão e nossas ideias serem levadas em consideração pela Confederação. E não foi o que aconteceu!” (E04)

Nesse trecho, é possível perceber que por mais que o movimento preze por um sentido de promoção de um desenvolvimento coletivo, destaca-se que as atitudes e decisões dos diretores das EJ's são fortemente influenciadas pelas *Crenças, Valores e Expectativas Societais* (SANDOVAL, 2001). Todavia, usualmente são assimiladas sem reflexão e conforme aponta Souza (2012) acabam agindo como mecanismo de controle social, colocando-se como obstáculo à politização e conscientização do sujeito. A participação nesse contexto também se aproxima da definição de participação parcial de Pateman (1992), na qual os membros podem influenciar na tomada de decisões, mas a decisão final não pertence a ele.

Todavia, percebemos que todos os presidentes das EJ's e da Federação reconhecem essa falha de incentivo da participação para os demais empresários juniores, mas destacam também, que comumente não sabem como incentivar e promover esse comportamento. Por isso, reforçam a necessidade da formação de lideranças, solicitada pelas EJ's nos grupos focais, ao destacar a necessidade de formação para construção de um planejamento estratégico ou mesmo de envolver mais as pessoas nas tomadas de decisões.

“(...) Nem todas as pessoas tomam parte nas decisões, por mais que a minha EJ seja pouco segmentada (...) eu ainda acho que o envolvimento dos membros na parte não técnica, mas na parte "gestiva" da empresa... tomada de decisões, pensamento estratégico, planejamento da empresa, fica por conta só da parte da diretoria e o resto dos membros fica por conta da parte técnica. Mas como eu te falei antes, é isso que eles querem ... então é difícil pra mim que eu gostaria de estimular isso um pouco mais, trabalhar isso um pouco mais, mas não recebo nem esse feedback de volta. (...)Mas eu acho que é injusto porque eu tô segmentando uma área de trabalho importante dos outros membros e do MEJ, a questão de que as pessoas não têm tantas condições de ficar envolvidas dentro do MEJ por muito tempo.” (E04)

“A gente tem uma dificuldade para engajar o pessoal da CT(...) agora a gente tá conseguindo levar mais pessoal mas a gente tinha bastante dificuldade de levar todo mundo”.(GF02)

“A gente fica restrito a eles pra ter as nossas opiniões, a gente não pode levantar e dar a nossa própria opinião pro Movimento Empresa Júnior em geral, a gente até pode (eu conversei depois com algumas outras pessoas), só que eles não perguntam (risos) e como a gente vai fazer alguma coisa se eles não estão abertos a receberem então... esse é o momento de injustiça.” (E04)

“As pessoas que estão dentro do Movimento Empresa Júnior, principalmente o empresário júnior comum da Empresa Júnior, e não o que tá participando da Federação, da Confederação, ele não se enxerga dentro do MEJ, ele se enxerga somente dentro da empresa, e aí falta pra essa pessoa esse estímulo pra ela poder se envolver mais com as outras instâncias do MEJ e algumas têm aquela dificuldade de se envolver nessas outras instâncias do MEJ por ser um movimento voluntário, ela não tem essa condição toda, isso é uma das coisas que influencia no fato do MEJ não consegue se enxergar como um movimento e sim como organização.” (E04)

A participação dos empresários juniores nas ações coletivas, em muitos momentos, foi retratada pelos entrevistados como uma situação de grande injustiça. Isso porque eles percebem uma violação da reciprocidade social das ações dos empresários juniores que se envolvem apenas com atividades mais técnicas. Esses *sentimentos de injustiça* são discutidos devido à seleção que os eventos promovem. Destacam também, que tem relação com a *Vontade de Agir Coletivamente*. No relato de um dos entrevistados, observamos em suas falas, ações para reparar as injustiças, mas este acredita que a única forma de conseguir essa reparação é através de uma mobilização coletiva. Além disso, verifica-se que não há reciprocidade entre as *Metas e Ações do Movimento* com suas respectivas estratégias de atuação (SANDOVAL, 2001).

“A gente quer um Brasil assim, mas a gente não é assim, então como a gente vai ser?” (E04)

“Os membros da gestão atual principalmente... os membros diretores, são todos ... com exceção de um membro, eles fazem parte do movimento empresa júnior na Federação e todos eles tem participação ativa em programas que a gente realiza, em serviços que a gente entrega, em avaliações que a gente faz, então a gestão tá bem comprometida com o MEJ capixaba hoje. Nós somos até a empresa com mais membros no MEJ capixaba ... entre membros e ex-membros. Mas, é aquela coisa né, como eu te falei, é inconstante, não sei como é que vai ficar pros próximos anos.” (E04)

“Acho que o movimento precisa ter mais a cara do Brasil e a gente tem de parar de centralizar informações, a gente tem que descentralizar mais.”(E02)

“Então, alguns participam comigo também como conselheiros na equipe da Juniores. No geral os outros, eles fazem mais incentivo em relação as pessoas irem e eles também participarem do que de fato atuar na equipe da Federação ou na equipe da Brasil Júnior funciona muito mas a ponte pra chamar os membros e fazer com que eles conectem ao Movimento.” (E02)

Por fim, nota-se que alguns dos diretores, em algumas EJ's, incentivam a participação dos demais empresários juniores. Contudo, a participação efetiva nas ações coletivas do MEJ ocorre prioritariamente por parte dos presidentes. Nota-se

uma diferenciação hierárquica no poder quanto à participação nas ações coletivas do movimento. A participação deve ser compreendida de forma contextualizada e situacional; com isso, observa-se a necessidade de reconhecer a pluralidade de lógicas participativas (DEAN, et al. 2014).

4.4 A participação dos membros das empresas juniores em ações coletivas na sociedade e sua relação com os objetivos do MEJ

Pode-se perceber que, para alguns, a participação na sociedade já ocorria antes da inserção no MEJ, seja através do incentivo da família ou por interesse próprio, devido à identificação com esse tipo de ação. Todavia, percebe-se que os motivos que levaram à participação têm muita relação com as *crenças, valores e expectativas sociais* e com o *sentimento de eficácia política* destes presidentes.

“Eu não sei muito bem te dizer o que me leva, mas eu gosto de... quando eu vejo um propósito, eu gosto muito de batalhar por ele, e se faz sentido pra mim... e se eu acho que vai ser relevante para as pessoas que estão ao meu redor, eu gosto muito de trabalhar, de engajar e de ver um trabalho sendo realizado [...] até quando eu entrei na Universidade, antes de entrar na Empresa Júnior eu entrei no Movimento Estudantil. Já tinha outros colegas que participavam de DCE e tudo mais e quando eu entrei me convidaram para participar do CA, e eu entrei no CA(...)” (E04)

“Eu sou muito engajado - como eu te falei que a minha família é bem católica- eu sou muito engajada na igreja. Eu participo de coordenação de grupo de jovens, retiros, esse tipo de coisa... projetos sociais. Então, além da Universidade, o meu outro trabalho voluntário (além do MEJ) é dentro da igreja católica (...)”(E04)

“Eu acho que é o contrário. Eu acho que esse meu espírito de participar, de ser engajado dentro do Movimento, de buscar um propósito, de exercer liderança, acho que isso que me fez ser atraído pelo MEJ, primeiro pela EJ e depois eu vi que o MEJ tinha essa dimensão ainda maior... isso me fez ser atraído por ele e não o contrário.” (E04)

Não, assim, além da igreja que eu participo muito... a gente tem grupos ... a gente reúne. Além disso, eu sou representante estudantil, não é do MEJ, mas é o grupo da universidade. Eu acho que é só isso.” (E01)

“Ainda bem que acabei gostando e tal, continuo, mas foi aí que eu fiquei sabendo mesmo de Empresa Júnior e antes mesmo já trabalhava com equipe ... isso mais na minha igreja mesmo que a gente fazia casamentos, eventos ... Ele já me conhecia porque ele já fez parte dessa equipes ... então ele ... “não, eu sei que você vai se dar muito bem na Empresa Junior “ ... então, ele já foi meio que me encaminhando, aí quando eu cheguei aqui eu “ah não ... vou ter que participar!” e tal... (risos).” (E02)

Para todos os presidentes, a participação em ações coletivas na sociedade iniciou-se através da formação religiosa. Logo, constata-se que a *vontade de agir coletivamente* destes presidentes iniciou-se nesses espaços. Além disso, pode-se compreender que esse envolvimento é construído na constituição sócio histórica desses sujeitos. Entretanto, destaca-se que apesar da participação em outras ações da sociedade civil, neste caso exclusivamente voltadas para a formação religiosa, identifica-se a reduzida existência de outras ações na sociedade na atualidade. Tal limitação de vivência nesses contextos justificariam as falas anteriores que reforçam o não saber agir ou mudar algumas ações de forma coletiva. Destaca-se que, anteriormente ao movimento, já haviam participado de projetos voluntários e movimentos sociais estudantis. Todavia, nota-se que os motivos que os mantêm nessas ações não são os mesmo que os levaram a participar:

“O que me levou... foi questão de realmente me desenvolver pessoalmente e saber como funciona. Agora de continuar no MEJ foi entender o propósito do MEJ que é essa questão de você formar profissionais melhores pra sociedade e querer contribuir de alguma forma.” (E02)

“Não ... o meu pai é a mesma coisa! Assim, ele é até mais, principalmente na igreja ele sempre organizou tudo, os acampamentos, até hoje ele está ... então sempre eu fui vendo em casa mesmo, minha mãe ela já chegou a participar de algumas ONGs, hoje ela não tá mais, mas ela sempre ajuda meu pai. Então, desde pequena, desde 2006, meu pai participa das coisas, eu tinha 11 anos, então eu tenho acompanhado tudo isso.” (E02)

Descrevem que o desejo de transformação e mudança na sociedade e o interesse pelo desenvolvimento pessoal proporcionado por essas interações são presentes entre os grupos de ações religiosas que participam atualmente e o MEJ. Quando questionados se as ações religiosas possuem relação com os objetivos do MEJ, eles consideram que a motivação para se inserir no movimento é parecida, mas sentem dificuldade de explicá-la. Contudo, afirmam que a participação no MEJ não provoca participação em outras ações coletivas na sociedade, uma vez que há um baixo engajamento no próprio movimento, exposto pela *vontade de agir coletivamente*, que não é estimulada pelo MEJ.

Nota-se que os fatores que oportunizam a participação têm muita relação com sentimentos de *identidade coletiva*, no sentido de pertença e solidariedade desenvolvidas pelos vínculos interpessoais (SANDOVAL, 2001), construídas nas interações e através das experiências vivenciadas ao longo de suas respectivas constituições sócio históricas.

“Na igreja, é questão de, assim, minha família sempre foi muito religiosa, então é onde eu encontro pessoas muito boas que acreditam nas mesmas coisas que eu ... tem a fé ... que eu tenho bastante. Então, assim, a gente se identifica muito, da mesma forma que eu me identifico muito com a equipe do MEJ, as pessoas do MEJ, eu me identifico muito com as pessoas da igreja, assim, porque a gente tem a mesma fé, acredita nas mesmas coisas, então essa identificação é bem interessante.” (E01)

“Sim, com certeza. Eu percebo muito. Acho que é por isso que a questão de ser diferente, de fazer a diferença, de querer mudar algo, de ter um propósito, tem tudo a ver assim com questão da igreja, de fé com o movimento, acho que tem muita semelhança.” (E01)

“Tem. Tem sim. Tudo que eu penso, eu envolvo a minha fé, o que eu acredito. Então, ela se relaciona o tempo inteiro. Então, pra mim tomar uma decisão de carreira eu... como eu posso me expressar? Eu busco isso também na religiosidade, na fé. Então as coisas andam bem juntas.” (E01)

“Bom, como representante, é querer mudar alguma coisa também dentro do curso ou representar mesmo os alunos, levantar para fazer algo, não só reclamar, é sair do comodismo mesmo para mudar e com isso eu vou tá me capacitando e criando uma rede de contatos melhor, é bom para meu currículo, mais isso é consequência.” (E01)

“Então, nesse quesito sim, tanto que eu continuei no Movimento não penso em sair, eu gosto de fazer coisas além ... é ... eu vejo que tem uma conexão, ainda mais que eu vejo que uma das coisas que mais me aproximou do Movimento foi a questão de que no final das contas é um movimento social, que tá formando pessoas pra ajudar o Brasil, pra ajudar o mundo ... então eu vou muito por essa visão também.” (E02)

Os entrevistados ao discutirem a relação da participação no MEJ com outras atuações na sociedade civil demonstram intenção de modificar a sua realidade e revelam sentimentos de *eficácia política* diante dos relatos sobre injustiça percebidos por eles. Acrescenta-se, conforme apontado por Bordenave (2013), que os fatores que incentivam a participação expressa os reais interesses dos sujeitos na realização de algo. Logo, acrescentam em suas ações os benefícios de agir para reparar as injustiças.

“Assim eu gosto disso, me dá um prazer muito grande de poder ajudar as pessoas... eu não sou uma pessoa muito presa assim a dinheiro e tal ... eu gosto de fazer porque eu sei que vai ter um resultado bom no final pra alguém e a gente não pode se conformar e ficar ... passar o nosso dia e fazer as coisas só pra gente. Eu gosto de participar desse tipo de coisa, poder contribuir para a sociedade de alguma forma.” (E02)

“Sim. Eu acho que os objetivos com a sociedade são alinhadosé ...fazer com que a sociedade seja melhor. [...] objetivo final é esse, tornar o mundo melhor. No final o que a gente faz é isso ... mudar o meio que a gente está inserido (pelo menos tentar mudar), pra melhor, eu acho que todas essas organizações fazem isso... Pelo menos as que eu me envolvo (risos).” (E03)

De forma geral, percebem-se semelhanças entre os propósitos que fizeram as pessoas se manterem no MEJ e as demais ações coletivas que participam. A participação fora do MEJ ocorre de forma muito limitada, e mais reduzida essa participação se apresenta quando destacamos a participação em esferas mais amplas, como em ações coletivas da sociedade. Para todos os entrevistados, a intenção é única: promover ações para no futuro ter uma sociedade melhor. E eles compreendem que uma das formas de se obter esse resultado é proporcionando pessoas mais qualificadas no que tange à formação profissional para atuarem como agentes de mudança.

Entretanto, nota-se que efetivamente a transformação e mudança na sociedade são discutidas de forma genérica entre os presidentes, e pequenas são as ações que eles entendem como impactantes nesses processos. Isso porque se referem às transformações ocorridas quanto à formação de pessoas que passam pelas EJ's e que o MEJ devolve à sociedade. Mas, ao considerarmos essa parcela, percebe-se que além de restrito o número de pessoas, o movimento ainda direciona essa formação para um único formato ideal de organização tradicional.

Alguns estudos apontam que cidadãos que possuem mais acesso à educação apresentam maiores propensões para se envolver em ações políticas. Assim, revela-se a existência de correlação entre o grau de participação social e sua consciência política (EBRAHIMI, 2016; CAMPANTE; CHOR, 2012; HOOGHE; MARIEN, 2013; PERSSON, 2015). Nesse sentido, destaca-se que o ensino superior potencializa a capacidade cívica e política e conseqüentemente de consciência política dos sujeitos.

4.5 Contribuições da participação no MEJ para a formação profissional dos membros do movimento

Os presidentes revelam que a oportunidade de participação na EJ os permitiu aprimorar grandemente as questões técnicas que são repassadas no contexto da sala de aula. Como exemplo, cita: a possibilidade de ilustração vistas na sala de

aula; os cursos que surgem para desenvolvimento técnico; e o contexto prático proporcionado por esta vivência. Mas, acrescentam que a maior contribuição foi à diferenciação quanto ao desenvolvimento de competências individuais, de caráter pessoal, por exemplo, liderança, planejamento, gestão de equipes, comunicação e oratória, empreendedorismo e foco em resultados. Além dessas questões, foi levantado que a vivência os permitiu ilustrar situações vistas na sala de aula e ver o mundo de outra forma.

“Extremamente positiva a minha participação, falando no contexto pessoal. Eu tava até refletindo esses dias o quanto que eu consegui entregar pra minha EJ principalmente (...) e eu vejo que ainda a EJ entregou muito mais pra mim do que eu consegui entregar pra ela, no sentido de que hoje eu tenho mais capacidade de me desenvolver em ambientes diferentes, de trabalhar com outros desafios, eu acho que poderia tá entregando mais pra EJ por conta do que ela tá me desenvolvendo, mas ela me ajudou muito no meu desenvolvimento pessoal.” (E04)

“Então, nos meus estudos, eu sinto que há uma complementação, um complemento, muito grande assim à sala de aula. Porque na sala de aula a gente sente um buraco assim, um vazio do que é passado pra gente conseguir ver algo mais palpável. Então, a gente tem o conhecimento da sala de aula que é muito importante, mas a gente não sabe usar ele. Então e aí? A gente vai fazer o que com isso? Então, aqui a gente consegue pegar aquilo que a gente aprendeu lá, além de colocar em prática, errar mesmo, ver o que deu certo, o que o professor falou, mas que na nossa realidade não deu certo, e levar isso pra sala de aula também. “Olha professor, não deu certo ... lá na Empresa Júnior a gente fez assim e não deu certo.” (E01)

“Eu acredito que o MEJ é uma ferramenta muito transformadora e pedagogicamente falando assim é excelente pra não só na questão de empreendedorismo e na questão de capacitação, mas em desenvolvimento pessoal, porque a gente tem uma defasagem grande na educação até chegar no ensino superior ...até no ensino superior a gente tem alguns problemas, só que eu vejo o MEJ como uma ferramenta de trabalhar outros aspectos dos alunos, não só os práticos e teóricos, mas de desenvolvimento pessoal e humano porque a gente tem que tá trabalhando em equipe, a gente tem que tá sabendo resolver nossos problemas e a gente tá tocando uma empresa junto, então não tem como - mesmo sendo Junior- não tem como a gente simplesmente discordar das coisas e levar do jeito que quer porque é complicado.” (GF04)

“Então, eu acho que o MEJ é uma ferramenta ótima pra formar dentro da Universidade, não só empreendedores, não só pessoas que pensam em abrir um negócio, mas sim [...] ser um empreendedor não abrindo um negócio, mas empreendedor é uma pessoa que sabe o que fazer, quer fazer e faz. Então, tipo aqui dentro, a gente tem oportunidade de inovar, de pensar coisa diferente, mas entre em equipe, lidando com esse aspecto humano. E é uma coisa que dentro da escola a gente tem muita dificuldade de exercer um projeto disso, dentro da universidade a gente tem muita dificuldade, então a gente acaba indo pro mercado de trabalho e tendo que lidar com isso na prática e fazendo isso aqui dentro da EJ é uma facilidade ... um aprendizado muito grande pra gente.” (GF04)

Nesses trechos, verifica-se fortemente a ideologia política dos presidentes e suas visões de mundo, ou seja, suas *crenças, valores e expectativas sociais*, ao revelar os *sentimentos de justiça* quando avaliam a *eficácia política* de suas ações e os benefícios de agir coletivamente inerentes à *vontade de agir coletivamente*. Através destes relatos produzidos por meio dos grupos focais, observa-se que o principal objetivo do movimento se centra na capacitação/formação dos empresários juniores, ou seja, na aprendizagem, e esta ocorre majoritariamente nas atividades desenvolvidas internamente na gestão das EJ. Entretanto, alguns presidentes citam que a intensa dedicação, às vezes, os prejudica no desempenho de sala de aula. Isso porque, para todos os presidentes, há necessidade de investimento de energia muito elevada na participação do MEJ, que é necessário escolher o que priorizar, pois conciliar diferentes responsabilidades com a atuação da EJ, não é sempre possível. A seguir, há alguns relatos ilustram tal *crença*:

“Levar nossa vivência, experiência pra sala de aula também. Então, pra educação, é esse conhecimento prático que eu vejo às vezes a gente acaba ... estou sendo muito sincera, deixando um pouco a sala de aula de lado e dando prioridade à Empresa Júnior. E de fato quando a gente entra aqui, a gente vê um aprendizado muito maior, mais rápido, tudo mais intenso e um crescimento muito maior e mais rápido e aí a gente acaba “empurrando” mais na sala de aula. Isso é algo ruim. Então, assim ...a gente tem que ter esse equilíbrio, mas a gente acaba envolvendo demais nas coisas aqui, querendo fazer mais projetos e fica né ... um pouco de lado a faculdade. Mas, a gente tenta complementar trazendo as coisas de lá pra cá e levando daqui pra lá.” (E01)

Os presidentes atribuem as contribuições da participação no MEJ a sua respectiva formação profissional, ao posicionamento mais crítico proporcionado pelas vivências no MEJ e às habilidades também desenvolvidas por essa participação. Logo, justificam que a *vontade de agir coletivamente* no MEJ é provocada pelos benefícios desta participação.

“Então, eu consigo conectar melhor o que estou aprendendo (...) então eu acho que essa visão mais crítica ela traz.” (E02)

“Eu acho que o empresário Júnior que sai da EJ já tá muito mais sensível ao dia-a-dia de uma empresa, ele já sabe como se comportar, ele sabe o que que é meta, que você tem que atingir resultados, que você tem que correr atrás, sabe? Ele trabalhou de graça, imagina pagando né, (risos) o que ele não vai fazer!” (E02)

Através dos relatos anteriores, podem-se perceber algumas contribuições promovidas pela participação no MEJ para a formação profissional e relacionadas com a aprendizagem adquirida através da educação formal. São inegáveis na

percepção dos presidentes as transformações que aqueles que participam do movimento sofrem ao participar em alguma instância do movimento. Alguns princípios são intensamente internalizados pelos presidentes. A meritocracia é um exemplo desses princípios e que foi amplamente discutido nos grupos focais. Esse aspecto pode ser mais bem visualizado no trecho a seguir, onde constam também, exemplos de algumas *crenças, valores e expectativas societárias* que se relacionam com a *identidade coletiva* dos presidentes.

“O potencial de desenvolvimento é igual pra todo mundo, mas a maneira como a pessoa aproveita é diferente. Tem membro aqui que se desenvolveu muito trabalhando na empresa, agora tem membro que não se desenvolveu tanto. De uma forma geral, a possibilidade de desenvolvimento ela tá pra todos, é claro que ela não acontece da melhor forma pra todo mundo, cabe à pessoa buscar se desenvolver e aí sim, ela vai se desenvolver, então tendo interesse ela vai ter oportunidade de desenvolvimento... Isso depende muito do membro, claro, nem tudo, nem todo mundo se desenvolve... quem quer tem a possibilidade.” (E03)

“Se mudassem realmente o propósito, a forma, por exemplo, um dos pilares da Brasil Júnior em relação ao empreendedorismo é a meritocracia. (...)E isso até um certo ponto é bacana, mas dependendo de como continuasse a trabalhar com isso(inaudível) então acho que só se mudasse realmente algo estrutural.”(GF05)

De forma geral, pode-se identificar que as competências citadas pelos entrevistados realmente são percebidas entre os presidentes das EJ's, tendo em vista os comportamentos observados e registrados nas reuniões e nas observações das ações realizadas por eles. Contudo, segundo Da Costa e Saraiva (2012), ainda existe o predomínio de discursos hegemônicos sobre o empreendedorismo sugerindo que o ensino superior tem sido menos um instrumento de emancipação humana e mais de um mecanismo de reprodução do capital (DA COSTA E SARAIVA, 2012). As EJ's são vistas como ambientes ideais para o desenvolvimento de competências empresariais práticas por coligar práticas acadêmicas e de mercado.

4.6 O interesse das empresas juniores na universidade e da federação em implantar um Programa de Formação-Ação Contínuo em Metodologias Participativas nas organizações do MEJ

Nos grupos focais foi proposto o Programa de Formação-Ação Contínuo em Metodologias Participativas nas organizações do MEJ. A relevância do programa se justifica devido às críticas realizadas por diferentes autores à formação superior, e ao crescimento e diversificação de oportunidades de participação nestes setores e especialmente nos mecanismos participativos ofertados pelos governos. Além disso, os resultados desta pesquisa revelam que o programa poderia contribuir para fomentar a participação em ações coletivas no MEJ, contribuindo para que o MEJ se comporte com um movimento, ao invés de uma organização.

O programa surgiu atendendo a demanda da direção de uma das EJ's que tinha como foco o desenvolvimento prático de atividades na empresa júnior. Assim, em Abril de 2014 criou-se uma linha de atuação em Políticas e Práticas Participativas na referida EJ e a necessidade de capacitar os alunos dessa EJ para exercer as atividades inerentes à linha de atuação citada anteriormente, bem como ampliar o escopo de sua atuação. Por esse motivo, a professora que havia se colocado à disposição para orientar os trabalhos nesta linha de atuação buscou recursos para o desenvolvimento e aplicação de um programa de formação-ação contínuo sobre metodologias participativas para aplicação nos trabalhos a serem desenvolvidos pela EJ em organizações do setor público, privado e terceiro setor.

Assim, após perceberem a necessidade de capacitação dos empresários juniores para atuarem nas instituições da sociedade civil o projeto foi construído. Mas, após a mudança de direção, a próxima direção não permaneceu com o mesmo interesse pelo programa, e nem em manter a linha de atuação em Políticas e Práticas Participativas, eliminando-a do escopo de atuação da EJ. Neste processo de mudança de direção, pode-se notar uma prática que ocorre em muitas organizações, que é a descontinuidade, fruto também da falta de um planejamento estratégico participativo de curto, médio e longo prazo, ou seja, as *crenças, valores e expectativas* impactam nas escolhas, o que pode ser um obstáculo ao desenvolvimento de trabalhos de médio e longo prazo.

Devido a essa mudança, houve uma reformulação do projeto inicial e a pesquisa passou a contemplar todas as empresas juniores existentes no *campus* onde as EJ's

abordadas nesta pesquisa se encontram, bem como o foco no MEJ, e não no programa, por admitirem a dificuldade existente de envolver os empresários juniores das EJ's nas ações do MEJ. O que levou o direcionamento para todas as EJ's refere-se a um problema amplamente discutido nos grupos focais que é a rotatividade e a descontinuidade das atividades, o que impacta diretamente nas ações em longo prazo, articuladas com as *metas e ações do movimento*.

Assim como apontado por Hellwig e Carrion (2007), o elevado índice de rotatividade coloca-se como uma das principais barreiras do processo participativo, o que inibe o estabelecimento de um vínculo significativo, além de dificultar o desenvolvimento de uma participação política e social dos empresários juniores e de prejudicar a sua formação como cidadãos. Através dos grupos focais com a direção das empresas em 2015, pode-se perceber que as EJ se autodescrevem como interessadas na formação proporcionada pelo programa de formação-ação em metodologias participativas proposto, principalmente se esta formação for mais adaptada as respectivas realidades das EJs, ajustando-se a carga horária e os interesses com os temas a serem trabalhados.

O interesse se volta para ferramentas de gestão participativa e não para ações coletivas no movimento ou na sociedade, por exemplo: ¹moderação; método de resolução de problemas participativo; método ZOOP para o planejamento e gestão de projetos; enfoque participativo no trabalho em grupo; diagnóstico organizacional participativo; monitoria e avaliação participativa e planejamento estratégico participativo. Mediante este interesse, foi proposto uma nova pesquisa, desta vez sobre a implantação destas metodologias participativas na gestão da EJ, que seria realizada pela nova direção da empresa em 2016, acordo estabelecido durante o processo de transição da direção de 2015 para a de 2016. Entretanto, até o término desta pesquisa, a nova pesquisa não foi iniciada e pod notar que este assunto não desperta interesse na direção que a levaria à frente (2016). Novamente, outro processo de rompimento se manifesta gerando descontinuidades.

¹ Esses exemplos foram extraídos dos resultados do questionário aplicado aos presidentes. Tratam-se dos itens que avaliaram mais relevantes nas opiniões dos presidentes.

Sendo assim, a participação em ações coletivas ou metodologias participativas não são práticas vistas como prioritárias para os sujeitos da pesquisa. Dentre os motivos que torna esse projeto inviável no momento da pesquisa de campo deste trabalho, cita-se o período de mudança da gestão das EJ's; a necessidade de restringir os *portifólios* de serviços para conseguir formar os empresários juniores e assim conseguir cumprir o número de projetos externos estipulados como *metas* pelo MEJ; a carga horária e as responsabilidades na EJ consideradas altas. Ademais, acrescenta-se que esse posicionamento reflete um baixo sentimento de *eficácia política* por avaliarem que sua capacidade de intervenção para modificar a realidade em que estão inseridos no MEJ é limitada.

Contudo, os participantes da pesquisa reconhecem algumas dificuldades e limitações quanto à capacidade de provocar interesse nos demais empresários juniores a participar das ações coletivas do movimento, ou seja, as possibilidades de participação se aproximam das dimensões da participação mais comuns, que são formas limitadas e parciais segundo Coutinho (2002).

Isso porque percebem que sua capacidade de intervenção política (*eficácia política*) no movimento é muito pequena, devido a reduzida participação nas ações coletivas do movimento pelos demais empresários juniores das EJ's, além das *crenças* citadas anteriormente de que é necessário o esforço individual, agindo como mecanismo de controle social, mesmo inconscientemente.

Assim, nota-se que, apesar da identificação com o propósito que o MEJ estabelece, de transformação social através da formação de indivíduos diferenciados, essa formação é muito direcionada para o empreendedorismo, não considerando outros formatos de formação (SEKI; SIMÃO, 2014; DA COSTA; SARAIVA, 2012). Sequer o empreendedorismo social é aceito como uma atividade a ser desenvolvida pelas EJ's.

Um dos presidentes ao perceber sua limitação para intervir politicamente no movimento aponta que está em momento de desligamento do MEJ, pois entende que seus propósitos não fazem sentido dentro das *metas e ações do movimento*, não havendo, portanto, reciprocidade quanto a manutenção das ações, *sentimentos de injustiça*. Assim, sua vontade de reparar as injustiças no movimento foram

minadas, optando pelo desligamento do movimento e das responsabilidades que assumiu, devido às limitações das práticas participativas, conforme aponta Coutinho (2002), no que tange os limites para a participação. Já os demais presidentes consideram que podem atuar no movimento participando das ações, revelando a *crença* de que são ações que pouco alteram as decisões relativas às *metas e ações do movimento*.

Sendo assim, nota-se que o *interesse* deles é voltado para questões empresariais, do mundo empresarial onde o MEJ se insere e não para a temática aqui discutida: que tem relação com a pesquisa que solicitaram, uma pesquisa sobre o MEJ e não sobre o desenvolvimento de um programa de formação-ação em metodologias participativas na empresa júnior.

Isso demonstra uma dificuldade de compreender e de articular o programa de formação ação em metodologias participativas como estratégia para mobilizar a *vontade de agir coletivamente* dos empresários juniores das EJ's que pouco participam do movimento, mantendo a cisão entre os interesses das EJ's com os interesses do MEJ que eles criticam. Mais uma vez, pode-se dizer que o MEJ não atua como um movimento, mas sim como uma organização, que busca seu crescimento através de um modelo de gestão, a heterogestão, como acontece com a grande maioria das empresas no mundo empresarial.

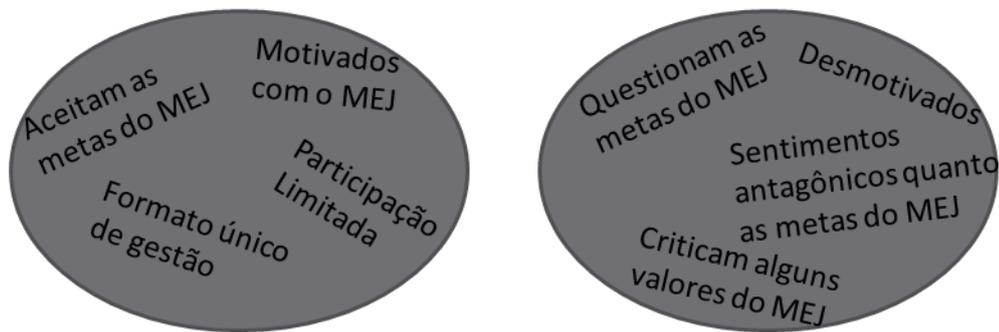
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo compreender como se configura a consciência política e a participação dos presidentes das organizações que fazem parte do MEJ nas ações coletivas do movimento em um dos *campus* de uma universidade pública no sudeste do Brasil.

O movimento empresa júnior cresceu de forma significativa no contexto brasileiro nos últimos anos, segundo os dados do Censo Identidade (BRASIL JÚNIOR, 2014), que revelou a existência de 427 empresas júnior no país, demonstrando um crescimento de 33% em relação ao ano anterior. Mas, sua representatividade ainda é pequena em relação ao número de pessoas matriculadas no ensino superior. Isso porque no Brasil existem 7,3 milhões de universitários (INEP, 2014) e o número de empresários juniores corresponde a 9.801 no ano de 2014 (BRASIL JÚNIOR, 2014). Para que o movimento atinja os objetivos de transformação pretendidos, essas práticas devem ser fortalecidas para contemplar uma maior parcela de estudantes através de ações que promovam uma maior aproximação com os juniores.

Ao longo da análise dos dados, verificou-se a existência de diferentes concepções de consciência política quanto à participação dos presidentes das EJ's, exemplificadas na Figura 8 a seguir. Dentre os cinco entrevistados, quatro encontram-se motivados com as *Metas e Ações do Movimento*. A motivação para participação no movimento ocorre devido ao *sentimento de identidade coletiva*, ao considerar o MEJ relevante como instrumento de formação e complementação dos estudos acadêmicos, bem como o desejo de liderar.

Figura 8 - Diferentes concepções de consciência política quanto à participação dos presidentes das EJ's.



FONTE: Elaborada pela autora

Acrescentam ainda que, além do ensino teórico e prático, o MEJ proporciona uma aprendizagem significativa no que tange ao desenvolvimento pessoal. Já o desligamento do movimento, revelado pelo representante de uma empresa júnior, é provocado pelas *crenças, valores e expectativas sociais* sobre a maneira como o movimento conduz o processo de tomada de decisões, que impactam nas *metas e as ações do movimento*, revelando discordâncias.

Outro tema que promove o distanciamento são as *crenças* sobre o trabalho das lideranças. Apesar de todos destacarem que o MEJ é um excelente formador de lideranças, eles apontam que o início dessa gestão é vivenciado com muitas dificuldades. Para a representante da EJ CI-3, falta um melhor planejamento na definição das *metas e ações do movimento* nas diversas instâncias do MEJ.

As limitações das EJ são percebidas de forma diferente pelos participantes da pesquisa. Na área de engenharia, elas se referem às responsabilidades técnicas e orientação, gestão com pessoas, conciliação de diferentes atividades e capacitação dos membros. Na área de administração, deve-se à limitação financeira e ao reconhecimento da universidade. Já na área de comunicação social, volta-se para as dificuldades para gerir pessoas e a redução do número de projetos executados no ano de 2015. Por fim, na empresa júnior de economia, os desafios referem-se à dificuldade na gestão do conhecimento, ou seja, manter os conhecimentos na EJ para repassar aos novos membros devido à alta rotatividade, destacando ainda, a

dificuldade de lidar com o mercado devido a formação profissional não apresentar o que denominaram de senso de mercado.

Uma grande queixa dos presidentes refere-se ao formato do processo de tomada de decisões no movimento, que ocorre quase sempre de forma pouco consultiva e participativa entre todos os empresários juniores do MEJ. Isso porque, comumente, as decisões consideradas importantes, por exemplo, as *metas e ações do movimento*, são tomadas pelos presidentes e não integram os demais empresários juniores do MEJ. Trata-se de uma pseudoparticipação (PATEMAM, 1992), onde os indivíduos são apenas levados a aceitar as decisões já tomadas pelas chefias. Destaca-se que não há uma efetiva distribuição de poder entre todos empresários juniores do movimento, expondo limites quanto as ações que podem exercer influências.

No MEJ foi possível perceber que a participação dos demais empresários juniores ocorre de forma limitada e parcial, revelando oportunidades bastante limitadas para participar, corroborando os resultados de Coutinho (2002), quanto aos limites da participação. Todavia, a atuação na EJ é conduzida por esses presidentes, que cotidianamente agem de forma a reproduzir esse comportamento, seguindo a instância maior (direção do movimento) que tanto criticam.

Os presidentes consideram os eventos como mecanismo de participação mais significativo no movimento, embora a acessibilidade a eles nem sempre seja facilitada. Nota-se que há necessidade de repensar essas ações de forma a permitir uma maior participação de todos. Observa-se também a necessidade de análise dos mecanismos existentes de participação por parte dos integrantes do movimento, pois apesar dos presidentes mencionarem diversos instrumentos de participação, poucos são os espaços que promovem uma discussão crítica.

Verifica-se que o maior estímulo à inserção no movimento é a experiência promovida pelo trabalho nas empresas juniores do MEJ para complementação da formação profissional adquirida em sala de aula durante os cursos de graduação. Dentre as contribuições para a formação profissional adquirida através da participação no MEJ destacam-se a aprendizagem proporcionada pela vivência prática e o desenvolvimento de competências. No entanto, os presidentes destacam

que a aprendizagem é mais enriquecedora para os que possuem cargos de liderança, pois estes possuem mais responsabilidades e participam de mais ações do MEJ que os demais empresários juniores.

Quando questionados sobre a participação em ações coletivas na sociedade civil, pode-se perceber que elas não se fazem presentes durante a pesquisa e no MEJ. Entretanto, todos os participantes da pesquisa afirmam que já participaram de ações coletivas religiosas antes de entrar para o MEJ, mas que no momento só atuam no MEJ. Para exemplificar, todos os presidentes das EJ que participaram da pesquisa citam a participação em movimento estudantil, centros acadêmicos e em projetos voluntários. Para todos os presidentes, a motivação para participação nessas ações surge devido aos *sentimentos de identidade coletiva* e das *crenças, valores e expectativas* sociais que possuem.

Ademais, constata-se que é comum em suas respectivas famílias, a participação em ações coletivas de suas famílias nas igrejas que fazem parte, por exemplo, em trabalhos voluntários e ações voltadas para a comunidade. Além disso, nota-se um direcionamento que reduz os modos de conhecer e ser, limitando as possibilidades de formação, uma vez que os sistemas de crenças reforçam as premissas tomadas como certas.

Essa reduzida participação nas ações coletivas da sociedade justifica os relatos que expressam as dificuldades de intervenções coletivas. Para quase todos os presidentes, excluída a participação nas ações da igreja, atualmente não desenvolvem ações em outras esferas sociais. Além disso, verificam-se concepções limitadas sobre a participação, revelando que esta não se efetiva concretamente, face às restrições que possuem quanto à liberdade para atuar no MEJ e devido ao baixo poder de decisão que possuem.

Embora nos relatos dos presidentes exista a intenção de transformar o Brasil, nota-se nos resultados da pesquisa que as críticas apontadas na revisão de literatura deste trabalho se aplicam aos casos aqui estudados a: reprodução do elitismo nas empresas juniores no curso de graduação em administração, bem como o interesse pelo setor privado, empreendedorismo, questões técnicas e reduzido interesse pelas discussões inerentes ao setor público e o terceiro setor.

Através da participação dos presidentes das EJ's nas ações coletivas do MEJ, identifica-se que o sentimento de pertença, ou seja, de *identidade coletiva* e o envolvimento nessas ações, são predominantemente dos membros que exercem algum cargo de gestão, por participar de mais ações coletivas no movimento. Os demais se sentem mais envolvidos com as ações coletivas das EJ's e não do MEJ. Essa condição carece de maior intervenção e discussão pelos integrantes do movimento, tendo em vista os problemas apresentados por eles nesta pesquisa.

Sem dúvida, a possibilidade de participação em ações coletivas do MEJ proporciona aos atuantes no processo um acréscimo na formação daqueles que dela participam. Contudo, destaca-se a importância da análise sobre qual é o tipo de formação que eles recebem. Isso porque, nos relatos, há um posicionamento que descreve um desejo de produzir um Brasil diferente. Porém, as ações realizadas hoje com esse intuito, não sustentam essa colocação, pois se percebe um posicionamento de reprodutores de uma ideologia dominante, conforme apontado por Paes de Paula (2012).

De forma geral, a abertura para participação no MEJ é ampliada, mas efetivamente o processo de participação acaba tornando-se elitizado. Além disso, os presidentes insistem em um único formato de atuação de empresas e de gestão, conforme já apontado pela literatura, que se refere a um posicionamento tradicional predominantemente capitalista de valorização da hierarquia e da heterogestão, revelando pouca distribuição de poder entre os empresários juniores.

A gestão perpassa a todas as formações aqui investigadas, e este trabalho permite um questionamento sobre a formação desses futuros gestores. Percebe-se que essa busca por uma formação empresarial mercadológica é produto das discussões que são trabalhadas nos contextos acadêmicos. Logo, cabe repensar os currículos de formação, inserindo metodologias e disciplinas que incentivem a participação política dos alunos.

Cita-se como contribuições acadêmicas deste trabalho, a análise de um objeto de estudo ainda pouco discutido pela literatura (inter) nacional, que se refere à participação e à consciência política de pessoas em formação acadêmica e que atuam no movimento empresa júnior. Por fim, desenvolve-se com esse trabalho uma

discussão teórica-empírica sobre as oportunidades que as EJ's concedem para o desenvolvimento de competências importantes para atuação como cidadão.

Como contribuição para o MEJ, sugere-se a ampliação da participação dos empresários juniores das EJ's no MEJ, a fim de contribuir com uma formação cidadã durante a vida universitária. Para otimizar essa participação, o MEJ pode promovê-la em âmbito local, ou seja, dentro das EJ's, contemplando discussões que competem ao movimento, a fim de gerar uma formação mais ampla, ao invés de se restringir ao mundo empresarial. Há muitas possibilidades de estudo que podem se basear nesse objeto de estudo aqui investigado. Por isso, este trabalho se trata de um retrato do momento atual do MEJ e das empresas juniores na UFES, que não visa esgotar as possibilidades de pesquisa que o tema transpassa. A participação dos membros do MEJ em ações coletivas é uma oportunidade não apenas para educá-los, mas, também, para aumentar seu *empoderamento*. Isto pode viabilizar uma mudança de postura, de clientes de um serviço, para atores importantes de um processo, estimulando reflexões sobre outras formas de melhorar a qualidade da participação, ampliando a reduzida participação desses jovens na vida cívica.

Entretanto, destacam-se alguns desafios para a realização da pesquisa no MEJ, como o curto período de permanência dos membros nas EJ's durante o desenvolvimento do presente estudo, a indisposição para desenvolver e implantar um programa de formação-ação em metodologias participativas e a falta de interesse pelos estudos científicos, são aspectos que impediram maior aprofundamento dos resultados apresentados.

Sendo assim, recomenda-se em futuras pesquisas, aprofundar os resultados obtidos neste trabalho, avaliando as semelhanças e diferenças da dinâmica da consciência política e da participação dos representantes da Brasil Júnior nas ações coletivas do movimento, bem como a percepção dos educadores que tangenciam o movimento, o que permitirá um diagnóstico de possíveis falhas no sistema educacional.

REFERÊNCIAS

- ABDEL HALIM, S. M. Improving EFL majors' critical reading skills and political awareness: A proposed translation program. **International Journal of Educational Research**, v. 50, n. 5-6, p. 336-348, 2011.
- ANDERSON, K. T. The discursive construction of lower-tracked students: Ideologies of meritocracy and the politics of education. **education policy analysis archives**, v. 23, p. 110, 2015.
- AZEVEDO, L.R. Um estudo sobre a consciência política de jovens universitários. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 3, n. 6, 2012. Disponível em: < <http://www.fatea.br/seer/index.php/eecom/article/viewFile/535/370> > Acesso em: 5 mar de 2015.
- BARBOSA, L. Meritocracia e sociedade brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, v. 54, n. 1, p. 80-85, 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BENTO, M.C.M.; LEITE, E.O.; KUWAHARA, Y.T. A importância das atividades de extensão para a formação do pedagogo. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 6, n. 11, 2015. Disponível em: <<http://fatea.br/seer/index.php/eecom/article/view/1175>> Acesso em: 5 mar de 2015.
- BICALHO, R. A.; PAES DE PAULA, A.. empresa júnior e a reprodução da ideologia da administração. **Cadernos EBAPE**. v. 10, n. 4, p. 894-910, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512012000400008&script=sci_arttext > Acesso em: 05 mar de 2015.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- BORGES DA COSTA, G.; YAMASHITA DELIBERADOR, L. M.; SOARES DA SILVA, A. Contribuições da noção de consciência política para a pesquisa e a prática da comunicação comunitária. **Revista Alterjor**, v. 2, n. 10, 2014.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL JÚNIOR. **Relatório Nacional Censo e Identidade**. 2014. Disponível em: <<http://brasiljunior.org.br/download?file=Censo+%26+Identidade+2014+-+VF.pdf>>. Acesso em: 5 mar de 2015.
- BRASIL JÚNIOR. **Confederação Brasileiras das Empresas Juniores**. 2016. Disponível em: <<http://brasiljunior.org.br/noticia/sancionada-a-lei-das-empresas-juniores>> Acesso em: 13 Abr de 2016.
- _____. **Documentário de 25 anos do MEJ**. 2014. Disponível em: <http://www.brasiljunior.org> Acesso em: 08 mar de 2015.

BRASÍLIA. Senado Federal. **Lei Nº 13.267**, de 6 de Abril de 2016. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior.

CATTANI, A.D. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CAMPANTE, F.R.; CHOR, D. Schooling, political participation, and the economy. **Review of Economics and Statistics**, v. 94, n. 4, p. 841-859, 2012.

CARRIERI, A. P.; PIMENTEL, T. D. Significações culturais: um estudo de caso da UFMG consultoria júnior. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 6, n. 3, 2005.

CHING, H.Y.; DA SILVA, E.C.; TRENTIN, P.H. Formação por competência: experiência na estruturação do projeto pedagógico de um curso de administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 15, n. 4, p. 697-727, 2014.

CLYCQ, N.; NOUWEN, W.; VANDENBROUCKE, A. Meritocracy, deficit thinking and the invisibility of the system: discourses on educational success and failure. **British Educational Research Journal**, v. 40, n. 5, p. 796-819, 2014.

Conceito Nacional Júnior. **CNEJ**, 2012. Disponível em: < <http://brasiljunior.org.br/download?file=CNEJ.pdf>.> Acesso em: 5 mar de 2015.

COUTINHO, M.C. Participação dos trabalhadores: um estudo sobre as práticas e as representações em uma organização participativa. **Psicol. estud**, v. 7, n. 2, p. 101-109, 2002.

COSTA, G.B. **Consciência, participação e negociação: uma leitura psicopolítica do processo de produção do Plano de Manejo da APA Várzea do Rio Tietê**. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DA COSTA, A.S. M.; SARAIVA, L.A.S. Hegemonic discourses on entrepreneurship as an ideological mechanism for the reproduction of capital. **Organization**, v. 19, n. 5, p. 587-614, 2012.

DE ANDRÉ, M. E. D. A.. Avaliação escolar: além da meritocracia e do fracasso. **Cadernos de Pesquisa**, n. 99, p. 16-20, 2013.

DEAN, R. et al. **Beyond Radicalism and Resignation: The Competing Logics for Public Participation in Policy Decisions**. Centre for Analysis of Social Exclusion, LSE, 2014.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo: Cortez. 1993.

DEMAJOROVIC, J; SILVA, H.C.O. Formação interdisciplinar e sustentabilidade em cursos de administração: desafios e perspectivas. **Ram, Rev. Adm. Mackenzie**, V.

13, N. 5, SÃO PAULO, SP. SET./OUT. 2012 • p. 39-64 Disponível em: < <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/RAM/article/view/2995>. > Acesso em: 05 Mar de 2015.

DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 3, p. 219, 2010.

EBRAHIMI, F. Evaluation of the relationship between women's political awareness and their social participation in the contemporary society of iran (ardabil province). **International Journal of Asian Social Science**, 6(4): 262-271, 2016.

EKMAN, J; AMNÅ, E. Political participation and civic engagement: Towards a new typology. **Human affairs**, v. 22, n. 3, p. 283-300, 2012.

EMPRESA JÚNIOR DE CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO. **EJCAD**. 2015. Disponível em: www.ejcadconsultoria.com.br/ > Acesso em: 05 Mar de 2015.

EMPRESA JÚNIOR FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **EJFGV**. 2015. Disponível em < <http://ejfgv.com/>> Acesso em: 05 mar de 2015.

ÉCOLE SUPÉRIEURE DES SCIENCES ÉCONOMIQUES ET COMMERCIALES. **ESSEC**. 2015. Disponível em: < www.essec.fr/ > Acesso em: 05 Mar de 2015.

FELDHAUS, D.C.; PEREIRA, M.F.; NETO, S.M., 2012, p.10. **Revista de Gestão e Projetos** - GeP, São Paulo, v. 3, n. 3, p 136-155, set./dez. 2012. Disponível em : < <http://www.spell.org.br/documentos/ver/9353/gestao-estrategica-em-redes--desenvolvimento-e-aplicacao-de-um-modelo-na-brasil-junior>>. Acesso em: 05 de Mar 2015.

FERREIRA-DA-SILVA, R. C.; PINTO, S. R. R. Organização de aprendizagem em uma empresa júnior. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 12, n. 1, p. 11-39, 2011.

FIATES, G.G.S et al. Os princípios instituídos pela organização das nações unidas para uma educação responsável em gestão: uma proposta inovadora para o ensino de administração. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 5, n. 1, p. p. 3-27, 2012.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

GAMSON, W. A. **Talking politics**. Cambridge University Press, 1992.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M.W. GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Rio de Janeiro: Vozes, c. 3, p.64-89, 2002.

GONÇALVES, B.D. **Identidade feminina e a inserção no mundo do poder**. Uma análise psicopolítica. Curitiba: Juruá. 2008.

GOHN, M.G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2002.

GUI, R.T. Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 3, n. 1, p. 135-159, 2003.

HELLWIG, B. C.; CARRION, R. M. A participação no processo decisório: um estudo na economia solidária. **REGE Revista de Gestão**, v. 14, n. 4, p. 1-14, 2007.

HEWSTONE, M. **Causal attribution**: From cognitive processes to collective beliefs. Basil Blackwell, 1989.

HOOGHE, M.; MARIEN, S.. A comparative analysis of the relation between political trust and forms of political participation in Europe. **European Societies**, v. 15, n. 1, p. 131-152, 2013.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. 2014. Disponível em :< <http://portal.inep.gov.br/selecao-2015>. > Acesso em: 05 de mar de 2015.

_____. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Resumo Técnico. 2013. Disponível em: < http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf >. Acesso em: 31 de mar de 2016.

JADE. **European Confederation of Junior Enterprises**. Disponível em: <http://www.jadenet.org/> Acesso em: 05 de mar de 2015.

JÚNIOR, V.M.V.; ALMEIDA, R.C.; MEDEIROS, C.R.O. Empresa júnior: espaço para construção de competências. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 15, n. 4, p. 665, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/2967> >Acesso em abril 2015

JUNIORES. **Federação de Empresas Juniores do Espírito Santo**. 2015. Disponível em: <http://www.federacaojuniores.com.br/>. Acesso em ago 2015.

JUNIORES. **ENCEJ**. Redes Sociais, 2015. [Vitória, 2015]. 1 folder.

KERCH, A.L. **O desenvolvimento dos "talentos artísticos profissionais" de estudantes de administração nas atividades de empresas juniores**. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, 2013.

KLANDERMANS, B. Mobilization and Participation: Social Psychological expansion of the resource mobilization theory. **American Sociological Review**. 49.1992. p. 583-600.

LIMA, T.F.; CANTAROTTI, A. A formação e a construção de competências para a atuação do profissional de secretariado executivo—um estudo de caso em uma empresa júnior. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 1, n. 2, p. 93-121, 2011.

- LOURENÇO, C. D. S.; MAGALHAES, T. F.; FERREIRA, P. A. Formação em Administração Pública no Brasil: Desafios, Perfil de Formação e Especificidades da Área. **Administração Pública e Gestão Social**, 6, 2014, p.177-186, 2014. Disponível em <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnAPG/enapg_2012/2012_EnAPG110.pdf > Acesso em mar. 2015.
- LUGON, A.P.; PALASSI, M.P. Participação dos núcleos de defesa civil do município de Vitória na gestão de desastres naturais. **Revista Psicologia Política**, v. 12, n. 24, p. 345-361, 2012. Disponível em < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200011 Acesso em: mar.2015.
- MARTINS, G. F. **Consciência política e participação cidadã de estudantes de Administração em uma universidade pública federal no Sudeste do Brasil**. 2014. 181 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal do Espírito Santo. Espírito Santo. 2014.
- MASCARENHAS, A. O; ZAMBALDI, F.; MORAES, E. A. Rigor, relevância e desafios da academia em administração: tensões entre pesquisa e formação profissional. **Rae** n são Paulo n v. 51 n n.3 n maio/ jun. 2011 n 265-279. Disponível em < <http://rae.fgv.br/rae/vol51-num3-2011/rigor-relevancia-desafios-academia-em-administracao-tensoes-entre-pesquisa-forma> > Acesso em mar. 2015.
- MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Vozes, 2001.
- MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 2.ed., São Paulo: Hucitec, 1993.
- MOORE, B. **Injustiça**. A base social da obediência e revolta. São Paulo: Cortez, 1987.
- MOREIRA, F. M. et al. os alunos de administração estão em sintonia com o mercado de trabalho? **Avaliação**, campinas; Sorocaba, spp, v. 19, n. 1, p. 61-88, mar. 2014. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772014000100004&script=sci_arttext > Acesso em mar. 2015.
- MORRISON, D. E.; DUNLAP, R. E. Environmentalism and elitism: A conceptual and empirical analysis. **Environmental Management**, v. 10, n. 5, p. 581-589, 1986.
- NETO, L. M. et all. **Empresa Júnior**: espaço de aprendizagem. Florianópolis. 2004.
- NOVAES, M. B. C. de; GIL, A. C. A pesquisa-ação participante como estratégia metodológica para o estudo do empreendedorismo social em administração de empresas. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, v. 10, n. 1, jan./fev. 2009, p. 134-160. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-69712009000100007 > Acesso em mar.2015.
- OLIVEIRA, F. B. DE; SANT´ANNA, A. DE. S.; DINIZ, D. M. contribuição dos cursos de graduação em administração: desenvolvimento de lideranças socialmente responsáveis? **Revista de Economia & Gestão**. V. 14, n. 34, jan./mar., 2014.

Disponível em: < <http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/viewFile/5422/6257>> Acesso em mar.2015.

PAES DE PAULA, A. P. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **Organizações & Sociedade**, v. 14, n. 40, 2014. Disponível em: <<http://www2.revistaoes.ufba.br/viewarticle.php?id=203&layout=abstract&OJSSID=176b2416af9719f6de41226410a5ee87>> Acesso em mar.2015.

PALASSI, M. P ; MARTINS, G. F. **Consciência política e participação cidadã dos estudantes de administração de uma universidade pública federal no sudeste do Brasil**. In: Anais da Semana de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, 4, 2014.

PALASSI, M. P. **Ações Coletivas e Consciência Política no Mundo do Trabalho**. Dilemas Subjetivos da Participação nos Processos de Privatização. Juruá. 2011.

PARKINS, J. R.; SINCLAIR, A. J. Patterns of elitism within participatory environmental governance. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 32, n. 4, p. 746-761, 2014.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Paz e Terra, 1992.

PERSSON, M. Education and political participation. **British Journal of Political Science**, v. 45, n. 03, p. 689-703, 2015.

PINHEIRO, D. C.; PAES DE PAULA, A P. Autogestão e Práticas Organizacionais Transformadoras: Contribuições a Partir de um Caso Empírico. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 33, p. 233-266, 2015.

RAMOS, V. R. G. Meritocracia na Educação e a luta dos trabalhadores contra a precarização. **Em Debate**, n. 11, p. 47-67, 2015.

REA, L. M.; PARKER, R. A. Projetando questionários eficientes. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento a execução. São Paulo: pioneira, 2000. cap. 2, p. 39-75.

RECK, J. **A Consciência Política dos Cooperados do MST: o caso do COOPAC– Campo Verde/MS**. UNICAMP/FE, 2005–Tese, 2005.

SANDOVAL, S. Considerações sobre aspectos micro-sociais na análise dos movimentos sociais. **Revista Psicologia e sociedade**, v. 7, p. 1945-1990, 1989.

_____. **Os trabalhadores param**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. **Revista Psicologia Política**. v.1 (1). p. 173-195, 2001.

SÁ-SILVA, J.; ALMEIDA, C. D.; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, v. I, n. 1, p. 1-14, 2009.

SEKI, A. K.; SIMÃO, C. R. P. Por que " não" a uma EJ: o que é inconciliável entre a universidade pública e as empresas júniores? **Revista Psicologia**, v. 14, n. 4, p. 475-480, 2014.

SILVA, A.S. Consciência e participação política: uma abordagem Psicopolítica. **Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia / Universidade São Marcos**. v. 6,nº 12, jul./dez. 2001. São Paulo: Unimarco, 2002.

_____. O lugar das crenças e valores societais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. **Interações**. v.8 .n.14. p. 105-130. 2002 Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-29072002000200006&script=sci_abstract Acesso em: mar.2015.

_____. A identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in)eficácia política na formação da consciência política no MST Paulista. **Estudos E Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 7, n. 1, 2007.

_____. **Luta, Resistência e Cidadania**. Uma análise psicopolítica dos movimentos e paradas do orgulho LGBT. Curitiba: Juruá, 2009.

SOUZA, L.V.S. Consciência política e participação no orçamento participativo de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo no período 2009-2012. Vitória. 2012.

TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Um estudo psicossocial II. Lisboa: Livros Horizontes, 1983.

TAKEUCHI, K. T.; SENHORAS, E.M. **Empresa júnior como um mecanismo de interação empresa universidade**: um estudo de caso nos cursos de engenharia da UNICAMP. 2003. Disponível em : <http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2003/artigos/IEE723.pdf>. Acesso em: 05 de mar de 2015.

TOURAINÉ, A. **Anti-nuclear protest**: the opposition to nuclear energy in France. Cambridge, Cambridge University Press. 1983.

WANG, X; BRYER, T. A. Assessing the costs of public participation: A case study of two online participation mechanisms. **The American Review of Public Administration**, p. 0275074012438727, 2012.

WARIKOO, N.K.; FUHR, C. Legitimizing status: perceptions of meritocracy and inequality among undergraduates at an elite British university. **British Educational Research Journal**, v. 40, n. 4, p. 699-717, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Resolução Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012

Título da Pesquisa: Movimento Empresa Júnior: um Estudo Exploratório em uma Universidade Pública Federal

Nome da Professora: Profª Drª Marcia Prezotti Palassi

Nome da Orientanda: Raiane Gonçalves de Oliveira Martinelli

O(a) Sr.(a) está sendo convidado a participar de pesquisa que tem como finalidade compreender como se configura a consciência política e a participação dos gestores das organizações que fazem parte do MEJ nas ações coletivas do movimento em um dos campus de uma universidade pública federal no Espírito Santo na gestão que se refere ao ano de 2015. Ao participar deste estudo o (a) Sr.(a) permitirá que o pesquisador utilize os dados coletados para fins de divulgação científica. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de Ética em Pesquisa com seres humanos conforme Resolução do Conselho Nacional de Saúde – CNS nº 466 de 12 de dezembro de 2012. Sua participação consistirá em fornecer informações através de questionários, entrevistas semiestruturadas e participação em uma Oficina de Formação-Ação em Metodologias Participativas. As informações serão utilizadas para a dissertação de Mestrado em Administração da orientanda na UFES. Todos os dados são estritamente confidenciais, sendo os nomes trocados por códigos para manter os sujeitos da pesquisa no anonimato. Somente a pesquisadora e a orientanda terão conhecimento dos dados coletados, que serão guardados por 05 (cinco) anos, sendo depois incinerados. A sua participação é voluntária e o (a) Sr.(a) pode a qualquer momento recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar ou retirar seu consentimento. O (a) Sr.(a) receberá uma cópia deste termo com os dados do pesquisador podendo tirar as suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento. Profª Drª Marcia Prezotti Palassi.

Endereço: Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória/ES. Cep. 29075-910
Tel.: (27) 4009-7708/3013.4353/99910.4353.

Após estes esclarecimentos, solicitamos seu consentimento de forma livre e esclarecida para a sua participação nesta pesquisa. Por favor, preencha os itens seguintes:

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, _____, portador do RG/CPF nº _____,

abaixo assinado, concordo em participar da pesquisa, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim. Eu tirei todas as dúvidas com a pesquisadora Profª Drª Marcia Prezotti Palassi (mprezotti@hotmail.com, telefone (27) 999104353). Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também, que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento antes ou durante a pesquisa sem qualquer penalidade.

Sujeito da pesquisa: _____

Vitória/ES, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Sujeito da Pesquisa

Marcia Prezotti Palassi

APÊNDICE C – Roteiro Entrevista Semiestruturada (Participação no MEJ)

DADOS CARACTERIZAÇÃO

Nome:

Idade:

Estado civil:

Início na EJ:

Cargo na EJ:

Tempo na EJ:

Tempo de atuação no MEJ:

Saída na EJ (ou previsão de saída):

Escolaridade:

Sexo:

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A) QUESTÕES INTRODUTÓRIAS

- 1)Resumo da história de vida.
- 2)Aspectos que levaram escolha do seu curso de graduação.
- 3)Expectativas de vida.
- 4)Você pode me dizer quais são os mecanismos de participação no MEJ e explicá-los?
- 5) Você exerce alguma atividade em outras organizações da sociedade civil (partidos políticos, associações religiosas – de moradores – culturais – ambientais – profissionais – sindicatos – ONGs, etc)?

Se sim. Quais? O que o leva a exercer estas atividades nestas organizações? Elas tem relação com as metas e ações do MEJ? E com seu projeto de vida ou profissional?

Se não: Por que você não exerce atividades nestas organizações?

B) QUESTÕES QUE ENVOLVEM AS DIMENSÕES DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA IDENTIDADE COLETIVA

- 1.Motivos que te levaram a inserção na(o) EJ/MEJ.
2. Fale sobre sua opinião sobre o MEJ e exponha como se sente na EJ.

CRENÇAS, VALORES E EXPECTATIVAS SOCIETAIS

- 1.Quais são as suas expectativas em relação ao MEJ e a EJ?
- 2.Como a participação no MEJ contribui para a sua formação profissional? E dos membros da gestão atual da EJ?
- 2.Quais são os valores que se sustentam sua atuação na EJ?

INTERESSES ANTAGÔNICOS E ADVERSÁRIOS

- 1.Fale sobre os desafios e as limitações para a atuação da EJ? E do MEJ?
- 2.Na sua percepção, como avalia a atuação das lideranças na EJ e no MEJ?
- 4.Quais são os interesses que destoam dos seus que você identifica no MEJ?

EFICÁCIA POLÍTICA

- 1.Em sua opinião, qual é a importância da EJ e do MEJ para a sociedade?
- 2.Qual contribuição nos seus estudos e para sua vida, você percebe ao participar do MEJ?
- 3.Como você avalia sua participação na EJ e no MEJ?

SENTIMENTOS DE JUSTIÇA E INJUSTIÇA

- 1.O que você considera justo e injusto na EJ e no MEJ?
- 2.Comente uma situação que você vivencia/vivenciou que acha injusta no MEJ?

VONTADE DE AGIR COLETIVAMENTE

- 1.O que te levou a atuar na EJ/MEJ?
- 2.O que te mantém na EJ e no MEJ?
- 3.Qual é a influência que os interesses particulares do membros da EJ e do MEJ tem nas decisões da EJ e do MEJ?

METAS E AÇÕES DO MOVIMENTO SOCIAL

- 1.Como você avalia as metas e as ações do MEJ e da EJ? E da federação? E da confederação?
2. Como você avalia a sua participação nas ações coletivas do MEJ?
3. Como você avalia a participação dos membros da gestão atual da EJ nas ações coletivas no MEJ?

APÊNDICE D – Questionário

DADOS CARACTERIZAÇÃO

Nome:

Idade:

Estado civil:

Início na EJ:

Cargo na EJ:

Tempo na EJ:

Tempo de atuação no MEJ:

Saída na EJ (ou previsão de saída):

Escolaridade:

- 1) Você conhece as metodologias citadas abaixo? A EJ que você representa tem interesse em participar de um mini-curso sobre elas? Quais?

METODOLOGIAS	Conheço		Quero Participar	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Diagnóstico rápido participativo (drp)				
Diagnóstico rápido urbano participativo – drup				
Diagnóstico organizacional participativo – dop				
Diagnóstico rápido econômico participativo – drep				
Diagnóstico rápido e participativo de agroecossistemas – drpa				
Diagnóstico participativo de unidades de conservação - dipuc				
Oficina do futuro – metodologia de planejamento e avaliação de projetos de desenvolvimento local				
Método dos 10 passos: diálogo como ferramenta básica da participação na comunidade rural				
Planejamento estratégico e situacional – pes				
Planejamento estratégico situacional e participativo				
Onde passos do planejamento estratégico-participativo				
Método zopp para planejamento e gestão de projetos				
Método altadir de planejamento popular – mapp				
Consultoria organizacional participativa				
Método de resolução de problemas - mrp				
Orçamento participativo				
Diagnóstico participativo de vantagens competitivas – paca				
Gestão participativa para o desenvolvimento local – método gespar				
Método de autodiagnóstico das potencialidades municipais e planejamento de ação - mampla				
Pesquisa-ação-participante				

- 1 As EJ's desenvolvem trabalhos em organizações da sociedade civil ou somente em pequenas e micro-empresas?
- 2 Está correto afirmar que as EJs tem uma preocupação muito voltada para o mercado, setor privado e empresarial? () sim () não () parcialmente

Justifique sua resposta:

APÊNDICE E – Roteiro de Condução do 1º Grupo Focal

1. **Apresentação** (10 minutos)
 - Visão Geral do Projeto
 - Objetivos da discussão
 - Apresentação dos Participantes
 - Crachás

2. **Contrato Grupal** (2 minutos)
 - Respeitar a privacidade dos outros participantes.
 - Uma pessoa deve falar de cada vez.
 - Respeitar a opinião dos outros – não rejeitar ou criticar os comentários os demais participantes.
 - Dar a cada um a mesma oportunidade de participar da discussão.

3. **Etapa Construção do Entendimento**
 - Perguntas simples de quebra gelo

4. **Discussão Profunda** (1hora e 15 minutos)
 - Como é a seleção dos participantes para a inserção nas Ejs?
 - Como é o treinamento deles?
 - Como são organizados os conteúdos dessa formação?
 - Como são os primeiros meses dos iniciantes?
 - Apresentação do Programa de Formação-Ação em Metodologias Participativas.
 - Avaliação dos participantes sobre o programa apresentado.
 - Discussão dos participantes sobre as maiores dificuldades que possuem na formação/ treinamento dos participantes.
 - Apresentação das metodologias que eles possuem interesse em discutir no próximo encontro.

5. **Fechamento** (3 minutos)
 - Resumo das informações discutidas

APÊNDICE F – Roteiro de Condução do 2º Grupo Focal

1. Apresentação/ Introdução (15mim)

Pauta do encontro

Apresentação dos novos participantes no grupo

Apresentação dos resultados do primeiro encontro

- Similaridades e distanciamentos dos procedimentos das Ejs
- Resultados do questionário

2. Questões que não ficaram claras no último encontro (45m)

Quem formaliza a estrutura dos processos seletivos?

Os critérios de seleção são direcionados por quem?

O MEJ interfere nesses procedimentos?

Como são organizados os conteúdos da formação de Consultores Juniores?

Como são os primeiros meses dos iniciantes nas Ejs?

Quem treina vocês? Ou seja as lideranças passam pela mesma formação que os demais membros ou tem algo além (período, conteúdos, etc)?

3. Receptividade dos membros quanto a proposta (15m)

Como foi a receptividade ou não da proposta aos demais participantes?

O que cada Ejs pensou e discutiu com os demais membros?

4. Apresentação sumária sobre Formação Ação em Metodologias Participativas (20m)

5. Discussão das possibilidades de inserção do Programa de Formação-Ação em Metodologias Participativas no programa de treinamento dos alunos selecionados para participar da EJs (20m)

6. Fechamento (5m)

E planejamento do próximo encontro

APÊNDICE G – Roteiro de Condução do 3º Grupo Focal

1. Introdução (10mim)

- Pauta do encontro

2. Compartilhamento do Material Teórico (15 m)

- Verificação da compreensão quanto ao material disponibilizado via email
- Compartilhamento das vivências com os demais membros das Ejs.

3.Receptividade dos membros quanto a proposta (15m)

- A pesquisa ação é uma metodologia que pode ser aprendida e testada na prática durante o treinamento dos membros para identificar e resolver problemas ou demandas das EJs e do movimento.
- Explicar também, que as metodologias escolhidas no questionário, que não são relativas à pesquisa ação, pode se constituir em um catálogo de cursos, em formato de vídeo, seguido de debates e tentativas de colocá-las em prática, caso as EJs queiram criar uma linha de treinamento sobre as metodologias mais apropriadas à área de cada EJ. Isso seria uma alternativa para as EJs desenvolverem trabalhos na sociedade, como faz a M Murad, por exemplo, que se dedica a cursos para as organizações e vive disso.

4. De que forma o programa de formação-ação em metodologias participativas poderia fazer parte da formação das Ejs's?

Em qual momento?

Público-alvo?

Quem seria os disseminadores?

De que forma essa formação seria inserida?

Como seriam os procedimentos?

Quais materiais seriam necessários?

Qual a melhor agenda?

Quanto tempo seria adequado?

5.Discussão das possibilidades de inserção do Programa de Formação-Ação em Metodologias Participativas no programa de treinamento dos alunos selecionados para participar da EJs's.

APÊNDICE H – Roteiro de Condução do 4º Grupo Focal

1. Introdução (10min)

- Pauta do encontro

2. Vocês conseguiram compartilhar com os demais membros?

3.O que cada grupo pensou?

4. De que forma poderíamos colocar em prática essa formação?

De que forma essa formação seria inserida?

Como seriam os procedimentos?

Qual a melhor agenda?

Quanto tempo seria adequado?

5.Discussão das possibilidades de inserção do Programa de Formação-Ação em Metodologias Participativas no programa de treinamento dos alunos selecionados para participar da EJs

APÊNDICE I – Roteiro de Condução do 5º Grupo Focal

1. Esclarecimentos das dúvidas
 - a. Quais os mecanismos de participação no MEJ (Espaços de participação: plebiscito, referendo, reuniões, conferências).
 - b. Como é a participação dos demais membros nas ações coletivas (mobilização coletiva) do MEJ
 - c. Como a participação no MEJ contribui para a formação profissional dos membros?
 - d. O que a EJ e o MEJ oferecem para quem participa deles?
 - e. Descreva sua relação com os demais participantes da EJ?
 - f. O que você considera necessário para participar da EJ e do MEJ?
 - g. Quais os valores que você considera mais importantes que são vividos na EJ e no MEJ? Que outros valores deveriam ser incentivados?
 - h. Na sua percepção como os outros enxergam a EJ?
 - i. Quais são as competências que você desenvolveu?
 - j. Como você avalia o envolvimento dos membros da EJ na EJ?
 - k. Fale do conhecimento das metas e objetivos do MEJ e da EJ por parte dos membros?
 - l. Como você avalia as metas e as ações do MEJ e da EJ? Como você avalia as ações da federação? E das confederações?
2. Fechamento dos encontros
3. Confirmação da agenda para o dia 5/11
 - a. CJA.....11:00 as 13:00
 - b. Ejcad.....14:00 as 17:30
 - c. CT18:00 as 20:00
4. Avaliação dos encontros
 - a. Como foi participar dos encontros para você
 - b. Maiores dificuldades
 - c. Pontos críticos
 - d. Pontos favoráveis
 - e. Sugestões

5. Avaliação sobre a predisposição deles em relação a possível implantação do programa:
 - a) Avaliação sobre o interesse das EJ's em desenvolver um programa piloto de formação-ação em metodologias participativas
 - b) Avaliação dos pontos críticos na implantação do programa
 - c) Avaliação sobre como a capacitação dos membros da EJ's podem ser realizadas durante a implantação do programa
 - d) Avaliar se há predisposição dos membros das EJ's em aplicar e disseminar o conhecimento a ser adquirido no programa